

12^o

**Encontro de
Iniciação Científica
do IESP/FATECPB**

21 E 22 DE NOVEMBRO/2012



12º Encontro de Iniciação Científica

IESP/FATECPB 2012 - Livro de Resumos

<http://www.iesp.edu.br> • coordireito@iesp.edu.br

Cabedelo - PB

Vol. 1 – dezembro de 2012.



IESP/FATECPB 2012 - Livro de Resumos

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Msc. José Carlos Ferreira da Luz (IESP) • Prof^a Josemary Marcionila Freire dos Santos (IESP) • Prof. Msc. José Maurício Alves Fernandes Filho (IESP/FATECPB) • Prof^a. Simone Travassos de Moraes Andrade (IESP) • Prof. Msc. Donato Henrique da Silva (IESP) • Prof^a. Msc. Mayra Andrade Marinho (IESP) • Prof. Msc. Ricardo Berilo Bezerra Borba (IESP/FESP) • Prof. Dr. Antônio Marcus Alves de Souza (IESP) • Prof^a Joana D'arc de Sousa Cavalcanti (IESP).

EDITOR

Prof. José Carlos Ferreira da Luz

ENDEREÇO DA REDAÇÃO

IESP - Instituto de Educação Superior da Paraíba
Campus Universitário
Estrada de Cabedelo - BR 230 - Km 14
Cabedelo - PB - CEP 58.310-000
Fone: (xx83) 2106.3509

IESP

Instituto de Educação Superior da Paraíba

DIRETORA GERAL

Prof^a. Msc. Christianne Melo de Leopoldino

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Prof. Richard Euler

Coordenação do Evento

Prof^a Josemary Marcionila Freire dos Santos

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos à comunidade acadêmica o Livro de Resumos do 12º Encontro de Iniciação Científica do IESP e da FATECPB.

A Revista Eletrônica do Curso de Direito do IESP tem por escopo criar e oportunizar mais um espaço para comunicação e divulgação da produção acadêmica dos nossos professores e alunos na seara jurídica e Ciências afins.

Diante do nível dos trabalhos, a importância da divulgação das pesquisas e a relevância da discussão de temas importantes como os inseridos no presente Livro de Resumos, ao IESP e à FATECPB resta reconhecer que ao incentivar esta ação, está promovendo meios facilitadores para o sucesso profissional dos seus estudantes quando ingressarem no mercado de trabalho.

Seja bem-vindo e boa leitura!

Cordialmente,

Coordenação do Evento

PUBLICAÇÃO DE FOTOGRAFIA DO AMBIENTE DE TRABALHO REALIZADA POR EMPREGADO EM REDES SOCIAIS PODE CAUSAR JUSTA CAUSA.

* Maríllia Souto de Arruda
* Nathália Souto de Arruda Vasconcelos
* Rafaela de Araújo Borges
** Vital Borba de Araújo Júnior

O presente trabalho tem como objetivo analisar a influência da publicação de fotos de empregados em seu ambiente de trabalho nas redes sociais, que, de alguma forma, possam gerar demissões por justa causa. A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em seu artigo 482 elenca as situações que configuram a justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador. Essa, em sentido amplo, se caracteriza como o rompimento dos deveres do empregado e do empregador ou do descumprimento das obrigações impostas a cada um, no sentido de prestar o trabalho e retribuí-lo. Em sentido estrito, que é o mais utilizado, é a dispensa do empregado por ter praticado falta grave. Há a quebra da boa fé, fidedignidade, poder de obediência e diligência, o que torna incongruente a continuidade da relação de emprego. Hodiernamente, a tecnologia e o acesso à informação vem se massificando. Ao todo, no Brasil, cerca de 82,4 milhões de pessoas acessam a internet, sendo metade desse número no ambiente de trabalho e a outra metade em casa, não conseguindo ficar "off-line" por um dia. Essa necessidade faz com que as redes sociais ganhem cada vez mais força. Algumas empresas conseguiram incorporá-las como instrumento de trabalho, utilizando-se das mídias para desenvolver seu produto. Porém, a realidade da maioria das empresas é outra: as redes sociais acabaram por se tornar "inimigas". Existem empregados que se utilizam de tais recursos para outras finalidades, tais como falar mal do seu empregador, do seu emprego, de clientes, assim como para postar fotos do ambiente de trabalho, esquecendo que isso pode refletir de forma negativa, podendo ensejar sanções trabalhistas. Uma delas pode ser a dispensa por justa causa. Segundo Renato Saraiva, o mau procedimento, prescrito na alínea b do artigo 482 da CLT, é "uma atitude irregular do empregado, incompatível com as regras a serem observadas pelo homem comum perante a sociedade". A exposição de fotos em redes sociais do empregado, em seu ambiente de trabalho, pode ser entendida pelo empregador como um mau procedimento, vez que expõe a sua empresa e a conduta do empregado a um número indeterminado de pessoas. Tais atitudes, por vezes, maculam a imagem daqueles que compõem o quadro funcional da empresa, assim como há a quebra da confiança da relação entre o empregado e o empregador, podendo gerar dispensas por justa causa. Ademais, para evitar a conduta baseada no artigo supracitado, cabe ao empregador apresentar, no ato de contratação, as normas da empresa a serem seguidas, disponibilizando os manuais de conduta e procedimento do empregado dentro do ambiente de trabalho, (principalmente no que concerne a publicação de imagens dos empregados nas dependências da empresa em redes sociais), como também cabe ao empregado ter bom senso ao publicar fotografias do ambiente laboral nas redes sociais, evitando expor negativamente a imagem das empresas e de terceiros que não autorizaram referidas divulgações.

Palavras-chave: Redes sociais. Dispensa. Justa causa.

*Aluno do Curso de Direito – IESP.

**Professor Orientador.

Apresentação Oral.

BREVE EXPLANAÇÃO ACERCA DA MAIORIDADE PENAL NO BRASIL

*Thiago da Silva Cruz
*Yan Augusto da Silva Paiva
**Eduardo de Araújo Cavalcanti

O alto índice de criminalidade e o avanço desenfreado do envolvimento de crianças e adolescentes nesses eventos em nosso país fomentam ainda mais uma discussão que já atravessa séculos: a maioridade penal. Observando o tratar dessa matéria por nossos antepassados, nota-se a enorme desconsideração à condição de pessoa em formação à qual se encontra o menor de idade, tendo em vista as rígidas penas que eram a eles aplicadas, ignorando quase que completamente o discernimento que o autor possuía do ato que ele praticou. Em nossos dias, é notável o grande avanço por qual passou a questão, mas os debates pendentes acerca do tema demonstram que ainda há muito a trilhar. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece que a pessoa seja inimputável até os 18 anos de idade completos, deixando para legislação especial a forma pela qual responderão os menores. Esta legislação é o Estatuto da Criança e do Adolescente que, dentre outros itens, define as medidas aplicáveis aos jovens que praticarem delitos, que pode ser desde uma orientação por um profissional, até o acolhimento em instituto dedicado ao tratamento e a reeducação para o convívio em sociedade. Como já dito anteriormente, a problemática que reside atualmente no tema da maioridade penal se encontra na crescente participação de menores em atividades criminosas. Os operadores do Direito – ou melhor, a sociedade brasileira – tem que lidar com um dilema comparável a uma Hidra, pois a situação apresenta inúmeras facetas: a colisão entre bens jurídicos, como vida x liberdade; o enorme vulto financeiro necessário para o aparelhamento físico e treinamento pessoal para a reabilitação dos infratores. Toda essa complexidade que envolve o assunto da maioridade penal no Brasil está transformando o cidadão em refém de um senso de injustiça por crimes praticados por indivíduos menores de idade. Uma pequena contemplação da nossa realidade nos mostra a ineficiência da atual legislação, tendo como referência o alto índice de reincidência. Portanto, é imprescindível pensar uma mudança nos meios coercitivos, seja no rigor das penas, seja na diminuição da idade de inimputabilidade. Ou talvez numa possível relativização da maioridade penal, analisando o grau de desenvolvimento e no discernimento do ato praticado pelo menor.

Palavras-chave: Maioridade penal; ECA; Inimputabilidade.

*Aluno do Curso de Direito do IESP

**Professor Orientador

Apresentação Oral

A SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL E O DIREITO

Cleopátra Albuquerque Gonçalves Diniz

Guilherme Henrique Viana de Andrade

Giordano Mouzalas de Souza e Silva

Francisca Luciana de Andrade Borges**

Com o presente trabalho, pretende-se, fundamentalmente, demonstrar quão graves são os problemas causados pela Síndrome da Alienação Parental em seus aspectos sociais e, principalmente, jurídicos, buscando identificar as alternativas que devem ser percorridas nas vias judiciais. O trabalho em questão tem como objetivo analisar de uma maneira geral o significado da SAP, sua repercussão no núcleo familiar e como o Direito a trata atualmente. A metodologia utilizada foi aquela fundamentada em pesquisa documental e doutrinária. A Síndrome de Alienação Parental – SAP é um conjunto de sintomas, tais como: irritabilidade, repúdio, temor, agressividade a um dos genitores, baixo rendimento escolar, baixo auto-estima, entre outros, apresentados por crianças ou adolescentes que a desenvolvem após a separação dos pais ou mesmo durante a sociedade conjugal. Essa síndrome foi descoberta pelo psiquiatra norte-americano Richard A. Gardner na década de 80, após estudos no comportamento infantil e juvenil realizados em grupos que sofriam com a dissolução de casamento ou, ainda, durante a vida conjugal em que havia desentendimento dos pais. Famílias são estruturas sociais primárias em que uma das formas de início é através do matrimônio ou da união entre duas pessoas, que, posteriormente, geram ou adotam filhos e cujos componentes assumem funções de proteção, sociabilização, direitos e obrigações. Porém, com o advento da separação e modernamente com as alterações na lei do divórcio, há uma facilidade para a dissolução conjugal, consequentemente, após essa dissolução, nasce o inconformismo por uma das partes da relação, sejam um dos genitores, avós, tios ou quaisquer daqueles que tenham autoridade sob a criança ou adolescente. Devido a essa situação, de forma inapropriada, utiliza-se da criança ou adolescente como instrumento para atingir o outro genitor. Esse comportamento é denominado de Alienação Parental, significa dizer que um desses entes – o alienante - com o objetivo de vingança, de denegrir a imagem do outro genitor ou com a finalidade de afastá-lo do convívio com a prole, induz ou promove na criança ou adolescente pressões psicológicas e sociais. Os menores que sofrem essas pressões desenvolvem a SAP, causando-lhes uma série de transtornos, podendo desenvolver o pânico, a depressão, o transtorno de ansiedade generalizada, além de, também, gerar fortes consequências negativas no alienado – o genitor que está sendo a vítima –, pois muitas vezes são acusados de abuso sexual com o filho ou a filha. Como forma de controle social e visando a minimizar os prejuízos causados pela síndrome, em 26/08/2010, foi sancionada no Brasil a lei de Alienação Parental, sob o nº 12.318, que aborda em seu texto o conceito e as formas exemplificativas de alienação parental, os prejuízos causados ao menor e ao genitor afetado, além de demonstrar o tratamento processual desde a propositura da ação até o acompanhamento psicológico e biopsicossocial do menor. Essa Lei se refere à qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitores, terá o juiz ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos. Verificou-se com o presente trabalho que o Direito de Família avançou no sentido de prevenir e mesmo sancionar direitos pessoais, principalmente aqueles em que o Estado não interferia por serem de caráter íntimo. A SAP é patológica e ocorre, precipuamente, quando da separação judicial, especialmente no momento da guarda dos filhos. É relevante observar que essa alienação parental poderá acontecer até mesmo enquanto os pais ainda forem casados. O Direito brasileiro protege as crianças e adolescentes, afirmando que a alienação parental é um abuso ao direito fundamental de convivência em família. Então, seja qual for a conformação dessa família, faz-se mister que a alienação parental seja prevenida e combatida.

Palavras chave: Síndrome. Alienação parental. Lei nº 12.318/10.

* Alunos do 8º período do Curso de Direito do IESP

** Professora Orientadora

Apresentação Oral.

DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL

*Jorge Ribeiro Coutinho Neto

** Mariana Tavares de Melo

A primazia do qualificativo ambiental pretende denotar que se trata de um artigo sobre Direito Ambiental, não de Direito Constitucional, e apenas no sentido que se tem chamado de meio ambiente natural. Mas o qualificativo constitucional não é um mero adorno, pois se refere ao tratamento da matéria que parte da matriz constitucional o que significa que estamos estudando os fundamentos constitucionais da matéria ambiental, isso em certo sentido, mas não só isso, porque se quis fazer Direito Ambiental e não apenas Direito Constitucional sobre a proteção do meio ambiente por inteiro. A matéria é repleta de dificuldade para o jurista pelo fato de envolver larga conceituação pré-jurídica das ciências biológicas, que não poderíamos deixar de considerar, sob pena de não fornecer esclarecimentos adequados sobre o conteúdo de normas constitucionais e legais. O desígnio do trabalho seria estimular a conscientização coletiva de forma genérica para que não apenas o Estado, mas a sociedade como um todo adquira uma consciência ecológica visando criar verdadeiros protetores do meio ambiente, aumentando a tutela jurídica que se manifesta a partir do momento de sua degradação passa a ameaçar não somente o bem-estar, mas a qualidade da vida humana, se não a própria sobrevivência do ser humano. Começaremos a analisar os processos de degradação ambiental, para depois tecermos considerações ao sistema jurídico protecionista, ao objeto genérico da proteção jurídica, aos setores tutelados e, finalmente, aos meios de atuação. O modo como a Carta Magna aborda o direito ambiental é bem intencionado, porém desprovido de funcionalidade prática no sentido mais absoluto da expressão aqui empregada. Isto se deve ao fato de que falta para materialização da nossa Legislação a devida fiscalização preventiva e punitiva dos inúmeros tipos de ataques e danos sofridos nos quatro tipos de meios ambientes. O meio ambiente natural, o artificial, o cultural e o do trabalho são alvos diários das ausências éticas dos seus depredadores e da falta de coibições mais eficazes por parte do Estado. É justamente sobre este problema tão visível no mais difuso dos direitos que o presente artigo se posiciona de modo a propor maiores considerações acerca do tema.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Defesa Ambiental. Estado. Fiscalização.

* Aluno do Curso de Direito do IESP

** Professora Orientadora

Apresentação Oral.

DA PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS

*Giovani de Sousa Ribeiro Filho
*Caio César Macena de Santana
*Edmundo Cavalcanti Simões Freitas
Jonas Ewerton Simões de Freitas
** Valberto Alves de Azevedo Filho

Prova é todo elemento capaz de propiciar a alguém o conhecimento de dado fato. No processo, é todo e qualquer instrumento ou meio hábil esclarecedor de fatos destinados à formação do convencimento do juiz, tendo tempo certo para sua requisição, admissão e produção. Contudo, há situações que demandam a produção antecipada de provas a fim de salvaguardar a existência e eficiência das mesmas, evitando, destarte, seu perecimento e viabilizando o seu resguardo para invocação futura. Os dispositivos concernentes às provas encontram-se no Código de Processo Civil, Livro III, "Do Processo Cautelar", Título Único, "Das Medidas Cautelares", Seção VI, "Da Produção Antecipada de Provas", artigos 846 a 851. Há de se ressaltar que, para que se conceda a medida cautelar de antecipação de provas, faz-se necessário provar o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*, além da especificação, por parte do requerente, dos fatos sobre os quais há de recair a prova. Serão objetos da referida ação cautelar as provas orais, podendo consistir em interrogatório da parte e inquirição de testemunhas, e as provas periciais. Em ambos os casos, os autos deverão permanecer em cartório, podendo, os interessados, solicitarem as certidões que desejarem. Conforme aduz o artigo 847 do CPC, o interrogatório da parte ou a inquirição das testemunhas é realizado de forma antecipada, ou seja, antes da audiência de instrução, e ocorrerá se as partes ou testemunhas necessitarem ausentar-se ou, quando devido à idade ou moléstia grave, houver justo receio da pessoa não estar viva ou consciente quando da audiência agendada, devendo tal situação de perigo ser comprovada através de parecer médico. A prova pericial, por sua vez, também deverá ser justificada na situação de perigo. Urge ressaltar que a prova será colhida, mas não valorada. Tal valoração só ocorrerá no processo principal. Por fim, urge mencionar que, por não se tratar de medida de constrição de bens, nem de caráter restritivo de direito, a ação cautelar não observa o prazo do artigo 806 do CPC, qual seja, a propositura da ação principal no prazo de 30 dias contados da data da efetivação da medida cautelar, quando a mesma for concedida em procedimento preparatório, ou seja, antes do ajuizamento da ação principal.

Palavras-chave: Medida cautelar. Processo. Prova

*Alunos do Curso de Direito do IESP

** Professor orientador

Apresentação Oral

O COMEÇO DA PERSONALIDADE DA PESSOA NATURAL: TEORIA NATALISTA E TEORIA CONCEPCIONISTA

* Andressa Lima Alves*
Camila Diniz de Andrade

Joseni Gonçalves Correia

*Raphael Bruno Veloni

** Marlene Pereira Borba Cahu

O começo da personalidade está relacionado ao nascimento com vida, este é o pressuposto básico para inserção da pessoa na ordem jurídica, conforme dispõe o Código Civil de 2002, em seu art. 2º, no qual "A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro". A palavra nascituro tem origem latina "*nasciturus*", significa "aquele que ainda não nasceu, mas ainda há de nascer". As principais teorias referentes ao início da personalidade jurídica do nascituro são as teorias natalista e concepcionista. Para a primeira, o nascituro não pode ser considerado pessoa dotada de personalidade, uma vez que o Código Civil exige o nascimento com vida, tendo este apenas mera expectativa de direitos. A segunda teoria, influenciada pelo direito francês, defende que a personalidade jurídica do nascituro é adquirida desde a concepção, considerando-se pessoa. Apesar de o Código Civil brasileiro adotar a teoria natalista, o ordenamento jurídico põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro, visando à proteção daquele que está em processo de formação e ainda não nasceu. São exemplos: o direito à vida (CF, art. 5º), à filiação (CC, arts. 1.596 e 1.597), à integridade física, a alimentos (RT, 650:220; RJTJSP, 150:90-6), a uma adequada assistência pré-natal, à representação (CC arts. 542, 1.630, 1.633 e 1.779, parágrafo único; CPC art. 878, parágrafo único); ou seja, apesar de ainda não dispor de personalidade, os seus direitos já são resguardados pela lei. Porém, diferentemente da pessoa que nasceu com vida e que dispõe de totalidade de direitos, ao nascituro é conferida aptidão para a titularidade de direitos da personalidade, excluindo-se os direitos patrimoniais, onde estes ficariam em condição suspensiva, sujeitos ao nascimento com vida. A doutrina questiona, em relação ao Código Civil, se não deveria ser adotada a teoria concepcionista, já que a Constituição e o Código Penal entendem que a vida surge a partir da fecundação. Ainda que timidamente o Código Civil já garanta em seu artigo 2º proteção aos direitos daqueles que possam vir a ser titulares de personalidade, ainda nega-lhes a personalidade jurídica. Frente ao conflito doutrinário, o Supremo Tribunal Federal não tem uma decisão definida, adotando para alguns casos a corrente natalista e para outros a concepcionista. Exemplo disso, o STF adotou a corrente natalista em casos, como o da autorização das pesquisas previstas na lei de biossegurança (Lei nº11. 105/05). Em outras situações, o STF utiliza da teoria concepcionista, é o caso do Recurso Extraordinário 363.889, que ao permitir o direito de filiação com o feto ainda no ventre, abre precedente para a caracterização do feto como sujeito de direitos. Diante de tanta contradição e conflitos doutrinários, deve-se considerar que a vida faz-se presente desde o momento da concepção, sendo este, já um ser humano e tendo na legislação garantia à vida e a um desenvolvimento saudável.

Palavras-chave: Personalidade. Nascituro. Teorias natalista e concepcionista.

* Aluno do Curso de Direito do IESP

** Professora Orientadora

Apresentação Oral.

DIREITOS HUMANOS E A RESSOCIALIZAÇÃO DOS PRESOS NO BRASIL

*Antônio Eduardo Albino de Moraes Filho

** Luciana de Albuquerque Cavalcanti Brito

O artigo retrata a realidade dos presídios brasileiros e a capacidade de ressocialização. Nessa pesquisa são estudados os direitos humanos, a finalidade da pena, o *Jus puniendi* do Estado, a estrutura física e metodologia das instituições prisionais, exemplificando os exemplos positivos e negativos deste tipo de instituição, a ressocialização dos apenados e as possíveis soluções para a resolução do problema estudado. É demonstrado que os presos no Brasil passam por duras penas, mais que as imputadas pelo Poder Jurídico. Os presídios nacionais se transformaram em masmorras modernas, onde o apenado é trancando e a sociedade se esforça para esquecê-lo, não respeitando a legislação que trata dos apenados, tampouco a Constituição Federal Brasileira. A falência do sistema penitenciário brasileiro é notória. Sabemos da precariedade das instituições carcerárias e das condições sub-humanas na qual vivem os presos. As prisões e penitenciárias são verdadeiros depósitos humanos, onde homens e mulheres são deixados aos montes sem o mínimo de dignidade como seres humanos que são. O excesso de lotação dos presídios, penitenciárias e até mesmo distritos policiais também contribuem para agravar a questão do sistema penitenciário. Locais que foram projetados para acomodar 250 presos amontoam-se em média 600 ou mais apenados, acarretando essa superlotação, o aparecimento de doenças graves e outras mazelas. Atualmente milhares de presos cumprem pena de forma subumana em celas superlotadas, apinhados uns sobre os outros. O sistema carcerário se propõe a recuperar e reeducar os presos e prepará-los para retornar à sociedade e se tornarem produtivos para que não reincidam em práticas delituosas. Infelizmente isso não ocorre, e cada vez mais, nós encontramos presos reincidentes. Os encarcerados ficam na maior parte do tempo ociosos na maioria dos presídios, em situações sub-humanas. Não há assistência médico-odontológica, psicológica, e nem por assistentes sociais junto aos familiares. O que a sociedade lucra com isso? Nada, apenas mais violência. Dentre outras soluções apresentadas, a privatização é uma medida sensata para que o Brasil tenha prisões mais decentes. Um sistema carcerário digno, com atendimento social, de saúde e profissionalizante aumentando as oportunidades e realmente realizando sua função social de ressocialização representando assim a segurança da população.

Palavras-chave: Ressocialização. Presídios. Direitos Humanos.

* Aluno do Curso de Graduação em Direito do IESP

** Professora Orientadora

Apresentação Oral.

ADOÇÃO DE CRIANÇA POR CASAIS HOMOAFETIVOS

*Ana Emília Lisboa Costa
*Ana Flávia Veras Britto
*Jéssica Karinne B. Duarte
*Marina Ramalho F. da Silva
** Valberto Alves de Azevedo Filho

O instituto da adoção é a forma legal de se trazer ao seio familiar, na qualidade de filho quem por natureza não o é, dando a este, os mesmos direitos que um filho biológico tem, diante da lei, da família e da sociedade.

Esse instituto inicialmente era utilizado com o único objetivo de satisfazer as relações entre casais que não podiam ter filhos naturalmente. Com o decorrer do tempo essa relação deixou de ser apenas uma forma de satisfação pessoal e passou a ter a criança como centro da família, tornando assim esta prática cada vez mais comum e trazendo novos olhares à medida que a sociedade evoluía. As relações entre pais e filhos, por serem tão estreitas, necessitam de uma construção diária, não bastando o fato de existir consanguinidade, elas crescem à medida que são preenchidas as necessidades fundamentais e afetivas dos envolvidos. Os mitos à cerca da adoção e os medos a que os casais muitas vezes são submetidos ao adotar uma criança, e perceber no futuro que cometeram um erro quanto à escolha desta, também ocorrem na criação de um filho biológico, onde este, muitas vezes não corresponde às expectativas dos pais, frustrando-os. Ainda assim, o ato de adotar uma pessoa que muitas vezes não se sabe de onde veio, e oferecer-lhe o mais puro dos sentimentos, faz do adotante alguém especialmente desprendido, dando mais chances do adotado de ter uma vida digna, quando muitas crianças, por serem órfãs, caem nas ruas sendo marginalizadas e esquecidas pela sociedade. Levando em conta os pontos positivos e negativos que uma adoção pode acarretar, analisa-se que esse instituto é em sua grande maioria benéfico para ambas as partes, pois tem como base o amor, o respeito, a união e a felicidade. Portanto, o que pensar da adoção de crianças por casais constituídos, não pelo tradicional "homem e mulher", mas, formados por pessoas do mesmo sexo, chamados hoje de 'casais homoafetivos', que a cada tempo, vem ganhando mais visibilidade e impondo à sociedade a aceitação de seus direitos. Os argumentos das pessoas que se dizem contrárias a essa ideia são norteados por dogmas religiosos, morais e sociais. Devido a isso existe uma grande resistência por parte da sociedade como um todo, uma vez que, em tese, a criança irá crescer em um meio diferente dos demais. Supõem que uma união de dois homens ou duas mulheres, não pode ser uma união respeitosa, ou que crianças educadas por casais homoafetivos tenderão também ao homossexualismo, onde, na verdade, nada passa de preconceitos.

De fato, a adoção é algo que exige requisitos não só legais, mas também morais para ser efetuada e foi pensando nisso que a CF/02 deu especial importância, prevendo no caput do artigo Art. 1.618, em parágrafo único que haja, principalmente, estabilidade na relação dos adotantes, abrindo assim, a possibilidade para adoção por casais do mesmo sexo. Por fim, o objetivo essencial da adoção é dar a ambas as partes a oportunidade de respeitar, doar e dedicar amor ao próximo.

Palavras-chave: Adoção. União homoafetiva. Preconceito.

*Alunos do curso de Direito do IESP

** Professora Orientadora

PROGRESSÃO DE REGIME NOS CRIMES HEDIONDOS: EVOLUÇÃO OU RETROCESSO?

* José Adriano da Silva Oliveira
*Antonio Leonardo Gonçalves de Brito Filho
Francisca Luciana de Andrade Borges**

Partindo da ponderação dos princípios constitucionais norteadores do direito penal, o presente trabalho visa uma análise das normas que regem a progressão de regime carcerário, no Sistema Penitenciário Brasileiro, dos crimes considerados hediondos ou equiparados. Pretende-se, portanto, traçar o perfil das possibilidades de progressão de regime de tais crimes em detrimento do avanço impulsionado pelo legislador no ordenamento jurídico pátrio. O Poder Constituinte de 1988, ao promulgar o Texto Constitucional, determinou que os delitos considerados de maior danosidade social deveriam receber tratamento mais rigoroso. Nessa esteira, adveio a Lei dos Crimes Hediondos, a qual, na sua origem, dispunha, em seu art. 2º, que os crimes hediondos e equiparados (tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e terrorismo) teriam sanção penal a ser cumprida *integralmente* em regime fechado. Ocorre, no entanto, que o STF, em 2006, ao apreciar o HC 82.959, mudou a sua orientação e reconheceu, *incidenter tantum*, a inconstitucionalidade do § 1º do art. 2º da Lei 8.072/90, por entender que o mencionado dispositivo legal feriria o princípio da individualização da pena, da dignidade humana e da proibição de penas cruéis. Frise-se que, com o advento da Lei n.º 9.455/97, que tipifica e disciplina o crime de tortura, ofereceu, enfim, um fundamento jurídico inquestionável para se reinterpretar a proibição constante do art. 2º, § 1º, da Lei n.º 8.072/90, ao estabelecer que o condenado por crime de tortura "iniciará o cumprimento da pena em regime fechado" que consiste na adoção do sistema progressivo. Assim, os apenados pela prática de crimes, como: tráfico de drogas, terrorismo, estupro e latrocínio, cuja Lei n.º 8.072/90 pretendia sancionar de forma mais gravosa, passaram a fazer jus ao benefício da progressão de regime. Nesse cenário, adveio a Lei n.º 11.464/07, que promoveu significativas modificações na Lei dos Crimes Hediondos, dentre elas a criação de uma disciplina especial para a progressão de regime nos crimes hediondos e equiparados, passando a exigir que a pena seja cumprida *inicialmente* em regime fechado, permitindo, outrossim, a progressão após o cumprimento de 2/5 da pena para o condenado primário e de 3/5 para o reincidente. Percebe-se, portanto, uma evolução no Sistema Penal Brasileiro, pois além de respeitar as regras do sistema progressivo de cumprimento de pena, não despreza o objetivo ressocializador atribuído à sanção penal, não ignora a política criminal admitida e recomendada pelo Estado Democrático de Direito e observa os princípios da individualização da pena, da proporcionalidade, bem como o da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Crimes Hediondos. Penas. Progressão de Regime.

* Alunos do curso de Direito do IESP

** Professor Orientador

Apresentação : Oral

O CÓDIGO CIVIL E AS TEORIAS NATALISTA E CONCEPCIONISTA

* Cristiane H Nunes

*Fernanda D. Suassuna

**Valberto Alves de Azevedo Filho

De acordo com entendimento unânime da doutrina, o ser já concebido, que está gerado, para nascer é o nascituro ao qual a Constituição Federal de 1988 garante a proteção ao bem jurídico mais importante e fundamental para existência: a vida, seguindo a teoria concepcionista. O Código Civil, vigente no Brasil desde 2002, adota a teoria natalista e no seu artigo 2º define o início da personalidade com o nascimento com vida, embora a lei ponha a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro. Se a lei máxima protege a vida, como entender que a coleção de leis civilistas gere ao ser em formação, apenas expectativas de direito, uma vez que o ordenamento jurídico de uma nação é uno e sistemático? Através de pesquisa bibliográfica, compararemos as teorias natalistas e concepcionistas, buscando respostas de como é possível atribuir direito ao que o legislador ainda não conferiu personalidade, não sendo sujeito de direito. Conforme a teoria concepcionista, um ser adquire personalidade antes no nascimento, desde a concepção, ressalvados apenas os direitos patrimoniais, decorrentes de herança, legado e doação, que ficam condicionados ao nascimento com vida, corrente seguida pelos legisladores da Constituição Federal, e admitida, em parte no Código Civil, embora este adote a teoria natalista, protegendo as expectativas de direito do nascituro, que se confirmam se houver nascimento com vida. À luz da Constituição Federal de 1988, norma geral máxima da nação, artigo 5º : “Todos são iguais perante a lei,[...] garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Como defensor da teoria natalista, o doutrinador Caio Mário da Silva Pereira, relata em sua obra: “O nascituro não é ainda uma pessoa, um ser dotado de personalidade jurídica. [...], e não há de se falar em reconhecimento de personalidade, nem de se admitir que antes do nascimento já o é sujeito de direito.” Em contrapartida, Maria Helena Diniz, defende que “o nascituro tem personalidade jurídica formal, relacionada com os direitos personalíssimos.” Entendimentos do Supremo Tribunal Federal também são controversos quanto ao tema. Conforme o Ministro Ayres Britto, em julgamento de 29.05.2008, sobre biotecnologia: “o Magno Texto Federal não dispõe sobre o início da vida humana ou o preciso instante em que ela começa”. Em contrapartida ao pensamento concepcionista, decisão do mesmo órgão colegiado, presidido pelo Ministro Marco Aurélio, em 12.04.2012 prevê a interrupção da gestação de anencéfalo, preservando a vida de quem já tem personalidade, não sendo o ato considerado crime contra a vida, conforme previsto ao capítulo I, artigos 121 e 122 do Código Penal vigente, uma vez que há apenas expectativa desta. Embora discordantes em alguns aspectos, doutrinadores, juristas e julgadores concordam que a vida é a marca inicial da personalidade. Dela origina-se todos os demais direitos e garantias ao ser humano.

Palavras-chaves: Nascituro, Natalista, Concepcionista

* Alunos do curso de Direito do IESP

** Professora Orientadora

Apresentação : Oral

A QUEBRA DO SIGILO DAS COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS E SUA RELAÇÃO COM AS GARANTIAS INDIVIDUAIS CONSTITUCIONAIS.

*Dylson Rodrigues Barbosa
*Leonardo Gomes da Silva
*Tereza Prissila Rodrigues Vieira
*Kennedy da Silva Bezerra
Francisca Luciana de Andrade Borges**

(Introdução) As comunicações recebem garantias de proteção em nossa constituição, ao garantir a inviolabilidade dos segredos, em suas diversas vertentes, o legislador consagrou o princípio da reserva da jurisdição, onde consta de maneira literal o seguinte: “É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal e instrução processual penal”. A lei 9296 de 1996 surgiu para regulamentar o dispositivo constitucional do Inciso XII do artigo 5º da Constituição Federal, com relação a quebra do sigilo telefônico; em 1995 nenhuma escuta telefônica era admissível. (Objetivos) O objetivo desse trabalho é discutir e apresentar o posicionamento do Supremo Tribunal Federal a cerca do tema, bem como as consequências das exceções julgadas pelo referido tribunal. (Desenvolvimento) A interceptação telefônica é um meio de prova excepcional, de natureza cautelar e somente determinável, quando não existirem outros meios para se conseguir prova, para fins de investigação criminal e instrução processual penal, sua abrangência se estende também a interceptação de fluxo de INFORMÁTICA e TELEMÁTICA. Só será admitida a violação das comunicações telefônicas quando houverem indícios razoáveis de autoria e participação na infração penal, quando a mesma for punida com reclusão e quando a prova não poder ser produzida por outros meios. Também é estabelecido na lei 9296/96 quais são as formas de instauração, os requisitos e os prazos para de duração da interceptação telefônica. O STF admite a possibilidade do uso de provas obtidas através de interceptações telefônicas judicialmente autorizadas, considerando Lícita a interceptação telefônica em sentido estrito e a escuta telefônica. Já a gravação clandestina e a gravação ambiental são considerada ilícitas pelo STF. A interceptação telefônica sem ordem judicial fere os incisos X e XII do art. 5º, contudo, a gravação clandestina vai de contra o art 1º, inciso III da CARTA MAGNA, afrontando até mesmo a dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da república federativa do Brasil. Todavia, para o Pretório Excelso é Lícita a gravação ambiental de diálogo em que um interlocutor “faz proposta ou pedidos desonestos”; e nesse sentido, também existem diversos julgados do STF (ex: HC 75.338-RJ, 2ª turma, rel. Min. Nelson Jobim, DJ de 25 -9-1998, p. 11; RE 232.001-SC, rel. Min. Carlos Veloso. E outros mais) considerando lícita a gravação clandestina de conversas telefônicas por uma das partes envolvidas. (Conclusão) É de cunho geral o entendimento de que nenhuma liberdade pública é absoluta, mas o direito não pode tolerar praticas que deturpem os direitos individuais sem motivação plausível para tanto, pois um erro não justifica o outro, a gravação clandestina é um mal que não deve ser estimulado.

Palavras-chaves: Quebra do sigilo. Comunicação telefônica. Garantias individuais.

* Alunos do curso de Direito do IESP

** Professor Orientador

Apresentação : Oral

QUESTÕES POLÊMICAS SOBRE A IMPENHORABILIDADE

*Cilene Rawhylson Mendonça
*Isabel Christina Corrêa Dias
*Juliana Ponciano Grabel Chabo
*Layza Araújo Figueiredo Pessoa
**José Carlos F. da Luz

A penhora é um ato judicial através do qual se apreende ou se tomam os bens do devedor, para que nele se cumpra o pagamento da dívida. O instituto pode recair sobre quaisquer bens, sendo que o art. 655 do Código de Processo Civil lista uma ordem a ser observada preferencialmente, iniciando-se pelo de maior liquidez. Outrossim, o art. 649 do mesmo código traz um rol de bens absolutamente impenhoráveis, dentre eles os vencimentos, subsídios, soldos, salários e etc. Ainda, o art. 650 informa que a impenhorabilidade cede espaço, à falta de outros bens, aos frutos e rendimentos dos bens inalienáveis, salvo se destinados à satisfação de prestação alimentícia. Acerca destes artigos em especial, o projeto do novo código de processo civil prevê a adição de dois itens polêmicos, que estão causando controvérsias entre os legisladores e juristas: trata-se da penhorabilidade de até 40% do total do salário e etc. recebidos mensalmente, calculados após efetuados os descontos de imposto de renda retido na fonte, contribuição previdenciária oficial e outros descontos compulsórios. Também prevê a penhorabilidade do imóvel considerado bem de família se de valor superior a 1000 (mil) salários mínimos, hoje correspondendo a um total de R\$ 645 mil, caso em que, apurado o valor em dinheiro, a quantia até aquele limite será entregue ao executado, sob cláusula de impenhorabilidade. Ambas as propostas tendem a ser razoáveis: a primeira, por entender que um valor líquido que exceda 20 vezes o salário mínimo não seja totalmente de natureza alimentar; a segunda, assegurará que devedor com um bom poder aquisitivo honre com suas dívidas sem prejudicar o seu direito fundamental à moradia. Como exemplo, cita-se o caso de Edemar Cid Ferreira: o banqueiro, que controlava o Banco Santos, morava em uma mansão no nobre bairro do Morumbi em São Paulo e foi despejado. Ferreira provou no STJ que sua casa era um bem de família, e o tribunal o manteve na residência, que custou cerca de R\$ 140 milhões. Após a quebra do banco, em novembro de 2004, Edemar foi condenado por crimes contra o sistema financeiro, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. O rombo, segundo o Banco Central, era de R\$ 2,5 bilhões. Com a incidência dos dispositivos em discussão, a mansão seria penhorada, sendo o valor de R\$ 645 mil garantido ao executado, com a cláusula da impenhorabilidade, e o restante disponibilizado ao pagamento dos credores. Tais dispositivos, porém, foram vetados no ano de 2006 sob a alegação de que a comunidade jurídica deveria retomar os debates juntamente com a sociedade em geral, fato este controverso, pois no mesmo projeto de lei de nº 51/06, a razão do veto ao art. 6º diz que este já teria sido "largamente debatido". A derrubada dos dispositivos da Lei 11.328/06, que facilitaria as cobranças judiciais por meio de penhora de imóveis de luxo e de altos salários, está na pauta junto com outros 82 vetos propostos pelo presidente da República.

Palavras-chave: Impenhorabilidade. Veto presidencial. Reforma do Código de Processo Civil.

* Alunos do curso de Direito do IESP

** Professor Orientador

Apresentação : Oral

O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Mortalidade Infantil

Patrícia Cristina F. Moura*
Juliana Figueiredo e Carvalho Costa**

Os chamados “direitos humanos” não são propriamente direitos, configurados pela possibilidade de ação processual em juízo, mas critérios essenciais para a convivência humana, e quando alguns desses “direitos humanos” são positivados em uma determinada ordem jurídica, recebem o nome de “direitos fundamentais”. Este trabalho de pesquisa apresenta um estudo sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei nº 8069/90, focalizando os direitos fundamentais à vida e à saúde, que estão elencados entre os artigos 7º e 14º do Estatuto. Esta lei, tem como base a Constituição Federal de 1988, que percebeu a necessidade de criar uma legislação específica que viesse a tratar deste assunto tão relevante, garantido-se direitos que são essenciais ao desenvolvimento e a dignidade da pessoa humana. Como objetivo geral, este trabalho busca analisar a eficácia do Estatuto, no campo do direito à vida e à saúde, em vista dos índices de mortalidade infantil apresentado no Brasil. O País possui altos índices de mortalidade infantil, colocando-se atrás de países como Cuba, Argentina e Chile. Estes altos índices são conseqüências de uma precária saúde de qualidade, de uma infra-estrutura básica também precária, e da necessidade de uma qualidade de vida melhor para todos. A disparidade entre as regiões do país demonstra também a necessidade de efetivação de políticas sociais públicas que venham a diminuir estas desigualdades e garantir melhores resultados. A Lei 8.069/90 determina a promoção de programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, além de campanhas de educação sanitárias para pais, educadores e alunos. Utilizou-se, neste trabalho como metodologia uma pesquisa bibliográfica e expositiva. Conclui-se que desde a entrada em vigor do Estatuto, os índices de mortalidade infantil no Brasil vêm caindo, porém muita coisa ainda precisa ser feita para que o Estatuto seja cumprido na sua totalidade, destacando que é importante a participação efetiva dos órgãos ligados ao referido tema, que devem atuar conjuntamente da elaboração e desenvolvimento de ações e programas combate a mortalidade infantil.

Palavras Chaves: Estatuto, Direitos Fundamentais, Mortalidade Infantil.

*Aluna do Curso de Graduação em Direito

** Orientadora

Apresentação Oral

O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Patrícia Cristina F. Moura*
Juliana Figueiredo e Carvalho Costa**

Foi aprovado em 1989, a Convenção sobre os Direitos da Criança, que consagrou a Doutrina da Proteção Integral, constituindo-se no principal documento internacional de Direitos da Criança. A CF/88, aditando-se à proclamação da referida Convenção, adotou integralmente a Doutrina da Proteção Integral. A metodologia utilizada é baseada na pesquisa bibliográfica. No plano nacional, transforma-se no Princípio da Proteção Integral, incorporando-se definitivamente na norma constitucional. O referido princípio é expresso no art. 227 da Lei Fundamental. Posteriormente no plano infraconstitucional, foi solidificado pelo ECA: Lei n. 8.069, de 13/07/1990, no Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, estabeleceu seu art. 1º: “Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”. Baseia-se pela idéia de que crianças e adolescentes são seres humanos em fase de desenvolvimento, encontram-se pois, em situação peculiar, a qual necessita de respeito, e portanto, esses direitos são especiais, prioritários, e prevalecem. Logo, merecem igualdade jurídica, merecem um regime único e igualitário de direitos fundamentais, sem discriminação. Características essenciais e inerentes à sua condição de seres humanos em processo de formação, sob todos os aspectos. Verificar-se-á o princípio do melhor interesse da criança. De acordo com ela, o Estado brasileiro tem o dever de garantir as necessidades da pessoa em desenvolvimento, protegendo seu direito à vida, saúde, educação, convivência, lazer, liberdade, profissionalização, entre outros, com o escopo de garantir: “... o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (Art. 3º, ECA). Assim, afastava-se da doutrina de situação irregular, que compreendia apenas aqueles menores em conflito com a lei ou, privados de assistência. Essa proteção tem caráter de absoluta prioridade, total, completa, envolvendo a família, à sociedade e o Estado. No plano trabalhista, a proteção integral, compreende notadamente, o direito à profissionalização de adolescentes, o desenvolvimento de programas de integração social do adolescente portador de deficiência por meio do treinamento para o trabalho, o respeito à idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho, a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas e, garantia de acesso à escola. Se todos os segmentos fizerem a parte que lhes cabe, as pessoas no período da infância à juventude, poderão usufruir, de fato e plenamente, dos direitos conferidos pelo ordenamento jurídico, em razão da situação precária e deficitária em que se encontram, tendo com isso, assegurado o seu processo de desenvolvimento e formação, garantindo o seu direito.

Palavras Chaves: Proteção integral, direito da infância e juventude, Estatuto da criança e do adolescente.

*Aluna do Curso de Graduação em Direito

** Orientadora

Apresentação Oral

A EFICÁCIA DO REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO

* Polyanna Emília da Cunha Santana

* Jonas Ewerton Simões de Freitas

* Linaldo Barbosa de Oliveira

** Gabriella Henriques Nóbrega

No Brasil, o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) tem como principal fonte a lei de nº 7.210/84 (Lei de Execuções Penais) em seu art. 52 e a resolução de nº 26/2001 da Secretária de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. Onde tal resolução buscava solucionar os conflitos advindos de dentro dos presídios em direção à sociedade. Assaltos, sequestros, venda de drogas e outros tipos de crimes eram praticados sob a chefia de presidiários. Apesar de estarem privados de sua liberdade, estes indivíduos continuavam a comandar o crime "intra e extra-muros". Notando-se assim o descaso na segurança pública e o relaxamento quanto à fiscalização e manutenção dos estabelecimentos prisionais. Diante destes fatos, a Administração Penitenciária de São Paulo cria a resolução nº 26/2001 para tornar mais rígido o tratamento carcerário para com esses criminosos ligados ao crime organizado. A nível de todo Brasil, o RDD foi instituído com a Lei 10.792/2003, que alterou o artigo 52 da Lei de Execuções Penais e a incluiu o inciso V do art. 53 da referida lei. O mérito deste trabalho é o de analisar o RDD no âmbito de sua real eficácia tomando por base aqueles que admitem que o Regime seja um método eficaz no combate a criminalidade. É absurdo imaginar que estes delinquentes mesmo encarcerados ainda continuem a comandar crimes de dentro dos presídios, exercendo uma autoridade criminal como bem querem. O Estado, primordialmente, é responsável pela segurança de todos. Se tais fatos acontecem é porque há uma falha e essa falha vem do próprio Estado, da sua falta de fiscalização e da sua falta de imposição como o único possuidor do *ius puniendi*. É certo afirmar que o RDD é um meio eficaz para o combate da criminalidade brasileira, pois ao tornar cerceado o contato do preso com o mundo exterior uma grande parcela das taxas de criminalidade tende a cair. O tratamento dispensado para com os presos do RDD não se trata de mecanismos desumanos ou degradantes, trata-se apenas de uma medida cautelar quanto àqueles que representam constantemente perigo para a sociedade e para com a ordem do estabelecimento prisional. O RDD seria por assim dizer um mal necessário para toda sociedade, pois não há nenhum meio legal que combata de frente "os grandes chefões da criminalidade" como o dito Regime.

Palavras-chave: RDD. Combate. Eficácia

* Alunos do Curso de Direito do IESP

** Professora Orientadora

Apresentação Oral

OMISSÃO LEGISLATIVA E TUTELA PENAL NO ARTIG 213 COMBINADO COM ARTIGO 217

*Adhalida Teixeira
*Juscelino Paulino
*Paulo Thiago
*Rodrigo Torres
**Gabriella Nóbrega

Este artigo tem como objetivo analisar a questão que trata da omissão, ou melhor dizendo, a omissão legislativa em relação ao crime de estupro praticado contra menor que acaba de completar 14 anos. Apesar de não ser tão comum entre os estudiosos, profissionais, operadores do direito e na doutrina quanto a aplicação da lei penal em relação ao crime de estupro cometido contra vítima no dia do seu 14º aniversário. Além disso, pretende-se verificar as divergências encontradas na doutrina sobre aplicação da lei penal para este crime nessas circunstâncias, e procurar mostrar a existência de alguma jurisprudência relacionada ao tema. O conceito de estupro é dado à conduta do agente que constrange alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Pretende-se, portanto, no presente projeto de pesquisa, discutir e explicar sobre as possíveis divergências doutrinárias e jurisprudenciais. Por fim, analisar-se-á a incidência dos princípios envolvidos neste assunto, que são: Princípio da Razoabilidade, Princípio da Proporcionalidade e Princípio da Adequação Social, nos quais entram em conflito sobre a matéria, com a conclusão final do pré-juízo sobre o tema em questão, podendo haver uma necessidade de uma maior observância sobre o tema, a fim de que seja aplicada uma pena correta e adequada.

Palavras-chave: Estupro. Omissão. Tutela.

*Alunos do Curso de Direito do IESP

**Professora Orientadora

A LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO E A SUA REPERCUSSÃO NO TOCANTE À DIVULGAÇÃO DOS DADOS REMUNERATÓRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Anna Carolina Guedes Franco
Cleidiane Cruz Dutra
Johnson Charles Alves
Virllene de Lourdes Barbosa Ferreira
** Vital Borba de Araújo Júnior**

Com a finalidade de regimentar o direito de acesso dos cidadãos às informações públicas, no âmbito nacional, foi editada a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/11, assegurando as garantias que a Carta Magna resguarda. Por meio dela, estabeleceu-se uma mudança de paradigma, visto que, com a sua entrada em vigor houve um impacto na sociedade, na medida em que o acesso sempre foi a regra e o sigilo a exceção, mormente no que se refere a exposição dos valores remuneratórios dos servidores públicos. Analisar a Lei de Acesso à Informação em face de sua repercussão no que diz respeito à divulgação da remuneração e dos dados dos servidores públicos. O trabalho foi desenvolvido mediante pesquisa bibliográfica e legislativa, com o acompanhamento das discussões sobre a matéria na mídia. Considerando a complexidade desta lei, que visa transparecer todos os atos administrativos, fortalecendo o princípio constitucional da publicidade, que não pode impedir a sociedade o pleno conhecimento de assuntos que o interessam direta ou indiretamente, a sua aplicação trouxe para o ordenamento jurídico um verdadeiro embate entre a população, que deseja a transparência pública, fiscalizando e acompanhando os gastos da Administração, como forma de evitar a prática da corrupção; e o servidor, que defende a não violação da sua intimidade, com a divulgação de seus ganhos pessoais. Tanto é assim, que apenas no primeiro dia da vigência do referido diploma legal, a administração pública recebeu 708 requerimentos solicitando informações sobre remunerações dos servidores no âmbito estatal. Registre-se, todavia, por oportuno, que a despeito da possibilidade de acesso aos dados pertinentes à remuneração, as informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem do servidor deverão ser restringidas, impedindo que o interlocutor tenha conhecimento da destinação conferida à remuneração pelo agente público, a exemplo de gastos com pensões alimentícias, empréstimos pessoais, despesas com planos de saúde, etc. Diante do exposto, podemos concluir que a lei em questão trata-se de um grande marco para a sociedade brasileira, colocando em prática o princípio da publicidade que rege a administração pública, observados os limites a ele impostos pela garantia constitucional do respeito à intimidade.

Palavras-chave: Lei de acesso à informação, Remuneração, Servidor.

*Alunos do Curso de Graduação em Direito

** Professora Orientadora

Apresentação Oral.

CONTRADIÇÕES DO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES

* Karine Ferreira da Silva Mendes

*Magnólia Fernandes Almeida

** Vital Borba de Araújo Júnior

O presente artigo tem por objetivo realizar uma análise sintética e crítica da Lei 12.462/2012 que estabelece novas regras para as contratações públicas realizadas para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, da Copa das Confederações – Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014, tendo em vista que esta lei é, em tese, um meio alternativo para acelerar, economizar, bem como, ser instrumento de eficiência nos processos licitatórios, com o intuito de cumprir com os compromissos assumidos para a realização destes eventos. Na seara das discussões que envolvem a feitura da nova lei, encontram-se questões controversas que a remetem ao *status* de inconstitucional entre outros aspectos, principalmente no que se refere a Medida Provisória 527/2011, que foi concebida com o objetivo de modificar a estrutura e as atribuições do Poder Executivo e foi onde o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) foi inserido, observando nesta inclusão uma absoluta falta de pertinência no que tange a matéria tratada pela referida Medida Provisória. Outrossim, apresenta conflito de competência de legislar sobre normas gerais que é de competência exclusiva da União de acordo com nosso diploma em seu art. 37, XXI. Entre os vários aspectos da nova lei percebe-se que é imprescindível uma análise criteriosa em seus artigos, considerando que, de outro modo, poder-se-ia ter realizado uma reforma na Lei 8.666/93, porém a inércia de nosso legislativo permitiu que a Lei 12.462/2012 se estabeleça contraditoriamente em nosso ordenamento jurídico com uma lei que nasceu perfeita. Ante os questionamentos faz-se necessário um detalhado estudo científico, pois uma lei que objetiva dar celeridade a tais eventos, pautados no princípio da economicidade, nasce de forma precipitada, com muitas contradições. Esta que foge do seu intuito principal e deixa brechas acerca da validade de seus dispositivos, ainda deverá ser mais esclarecida para o entendimento de toda uma sociedade.

Palavras-chave: Regime Diferenciado de Contratações. Licitação. Contratação.

*Alunos do Curso de Graduação em Direito

** Professora Orientadora

Apresentação Oral.

VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE NA PARAÍBA

Mislene Santos *
Isabella Gondim **

O presente trabalho trata da violação aos princípios da administração pública por ato de improbidade nas prefeituras paraibanas. Teremos como foco o artigo 11 da Lei nº 8.429/92, mais conhecida como Lei da Improbidade. Tal artigo trata dos Atos de Improbidade Administrativa que atentam Contra os Princípios da Administração Pública. De acordo com o artigo citado, “constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade...”. Em sua integralidade, a Lei “dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional...”. A luz da doutrina, Alexandre de Moraes classifica atos de improbidade como sendo as ações que ferem direta ou indiretamente os princípios constitucionais e legais da administração pública, independentemente de ocasionarem enriquecimento ilícito ou prejuízo material ao erário. Os princípios constitucionais que Moraes se refere são: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficácia. Já os legais e doutrinários são os da Supremacia do Interesse Público, Indisponibilidade do Interesse Público, Constitucionalidade, Autotutela, Segurança Jurídica, Razoabilidade e Proporcionalidade. Para Celso Antônio Bandeira de Mello, violar um princípio é muito mais grave do que transgredir uma norma. Segundo ele, a falta de zelo a um princípio é a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade. O histórico das análises das contas dos prefeitos paraibanos aponta que muitos gestores têm as contas reprovadas por violar esses princípios. Segundo dados do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PB), despesas não comprovadas com aquisição de combustível, produtos da Merenda Escolar, aquisição de equipamentos médico-hospitalares, com serviços advocatícios, pagamento excessivo com combustível e serviços de limpeza são os principais motivos para pareceres negativos. De acordo com Emerson Garcia e Rogério Pacheco Alves, os princípios têm expressivo grau de imperatividade. Dessa forma, toda e qualquer conduta dos agentes públicos devem estar de acordo com seus ditames. Ainda segundo os autores, qualquer ato que fira os princípios constitucionais ou legais não terá validade alguma. Para os gestores improbos serão aplicadas as sanções delimitadas no artigo 12 da lei de Improbidade, que teve a redação alterada pela Lei nº 12.120, de 2009. A Lei diz que, independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade passível de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, suspensão dos direitos políticos, proibição de contratar com o Poder Público, perda da função pública entre outras sanções.

Palavras-chave: Improbidade. Prefeitos.Paraíba

*Aluna do Curso de Direito do IESP

**Professora Orientadora

Apresentação oral

A RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DOS SÓCIOS NA EXECUÇÃO FISCAL

*Caroline Rodrigues Leite
*Elana Alexandra Kolontaiaze Azevedo
*Fernanda Andreza
*Isabelle Alencar Freire
*Laise Ellen
Francisca Luciana de Andrade Borges**

A responsabilidade patrimonial dos sócios na execução fiscal apresenta divergências entre a lei nº 8.620/93 e as jurisprudências existentes acerca do assunto. A questão da afetação patrimonial dos sócios por dívidas da sociedade é tema recorrente nas searas jurídicas. A jurisprudência apesar de declarar a lei inconstitucional, relata casos que os sócios ou acionistas ao exercerem a prática do ato ilícito a responsabilidade poderá surgir. Como assim cita o artigo 50 do Código Civil Brasileiro de 2002 “Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica”. Depois da análise da questão dentro do novo código civil, passa-se para a verificação de suas influências e nuances dentro das legislações tributária, trabalhista e do consumidor. A desconsideração da personalidade jurídica é aplicada na Justiça do Trabalho com frequência, se é que se pode falar em desconsideração, pois nela, a responsabilidade dos sócios é objetiva, basta não haver patrimônio suficiente da sociedade para o pagamento das verbas estritamente trabalhistas ou decorrentes de indenização por acidente de trabalho, ambos quando tiverem natureza alimentar, que os bens dos sócios, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, independentemente deles terem exercido a gerência ou administração, responderão solidariamente (art. 1024 do Cód. Civ. e art. 596, § 1.º do CPC) pelo pagamento das dívidas trabalhistas da sociedade, ou seja, não interessa saber se houve violação da lei, do contrato social ou dos estatutos para ser “desconsiderada” a personalidade jurídica. Apesar de o Código Tributário Nacional afirmar expressamente que existe responsabilidade solidária, vê-se que, na verdade, esta responsabilidade é subsidiária, ou seja, o sócio só será responsabilizado se a empresa não tiver como pagar o tributo. Existe, no caso, um benefício de ordem, que impede a execução do sócio na hipótese da sociedade ter patrimônio para honrar a dívida. Cumpre salientar que, neste caso, não há responsabilidade pelas penalidades que não sejam de caráter moratório. Frise-se que, quando a lei menciona sociedades de pessoas, não contempla as sociedades anônimas nem as sociedades por cota de responsabilidade limitada, que são sociedades de capital. Verifica-se que a responsabilidade tributária, nesta circunstância, é diretamente transferida para os sócios, liberando a pessoa jurídica da obrigação. Enfim, os resultados preliminares deste artigo, ainda são incipientes para qualquer constatação efetiva e espera-se que com a continuação deste projeto de pesquisa, novos resultados possam surgir visando constatar as jurisprudências com os julgados referentes ao tema e também contatando as leis que regem os sócios e suas dívidas perante a sociedade e quais os meios de defesa.

Palavras-Chave: Responsabilidade Patrimonial. Sócios. Execução Fiscal.

*Alunos do Curso de Direito do IESP

**Professor Orientador

Apresentação oral

A PESSOA NATURAL NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO

*Ana Flávia da Silveira Macau

*Bruna de Araújo Sampaio

*Ketlyn Rodrigues Alves Estrêla

*Raissa Rodrigues Martins

**Luciana de Albuquerque Cavalcanti Brito

A pessoa natural de acordo com o art. 1º do Código Civil é o ser humano considerado como um sujeito de direitos e deveres, aquele que basta existir. Nos termos do mesmo artigo, há o entrosamento do conceito de capacidade com o da personalidade. A capacidade é a medida da personalidade, também devemos ressaltar o conceito de incapacidade onde encontramos a restrição legal ao exercício de atos da vida civil sendo esta dividida em: absoluta e relativa; no primeiro caso é tolhido completamente os exercícios dos atos civis sem a devida representação sob pena de nulidade, enquanto que no segundo caso necessitam ser assistidos apenas na realização de certos atos, sob pena de anulabilidade. Cessa a incapacidade quando não houver mais causa para tal e quando se tratar de emancipação, sendo esta última classificada em legal, judicial e voluntária, nesta última situação os pais não serão exauridos da responsabilidade civil diante dos seus filhos. O Código Civil Brasileiro de 2002, adotou a teoria natalista, ou seja, a personalidade adquirida após nascimento com vida e se extingue com o evento morte podendo ser ela: a civil, é a morte para certos atos da vida civil; a real, aquela provada pelo óbito do indivíduo; a comoriência, quando dois ou mais indivíduos falecem na mesma ocasião, não havendo a transferência de bens entre os comorientes; e por fim, a presumida, que ocorre quando alguém desaparece em alguma situação de perigo que pressuponha sua morte ou seu desaparecimento sem localização em até dois anos após o término da guerra. A ausência ocorre quando a pessoa desaparece do seu domicílio sem dar notícia do seu paradeiro e sem deixar representante ou procurador para administrar-lhes os bens. Dessa forma, se requerido, será declarada a ausência e um curador que será o cônjuge ou na sua falta, a escolha recairá, preferencialmente nos pais e nos descendentes, constituído por três fases: a curadoria do ausente, a sucessão provisória e a sucessão definitiva. Os direitos da personalidade regulam e protegem os elementos essenciais para a vida dos homens, são eles, a vida, a personalidade, a integridade, a honra, a privacidade, entre outros. O Código Civil faz referência apenas a três características dos direitos da personalidade, a intransmissibilidade, a irrenunciabilidade e indisponibilidade; as categorias da personalidade são divididas em: direito a integridade física, direito a integridade psíquica e os direitos morais.

Palavras- chave: Pessoa natural. Capacidade. Personalidade

*Aluno do curso de Direito do IESP

**Professora Orientadora

Apresentação oral

A CRISE DE LEGITIMIDADE DO TRIBUNAL DO JÚRI: UMA ABORDAGEM À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

*Andréa Freire Pimenta Correia Lima
* Bonfilho Martins de Andrade Júnior
* Pollyana Costa Tavares
* Tamara Raiza Gomes de Andrade
** Lara Sanábria Viana

Os precedentes históricos do Tribunal do Júri no Brasil são evidenciados a partir da Lei de 18 de julho de 1822, período marcado pelo domínio português, e sob influência dos ingleses, todavia, o julgamento em plenário era apenas para julgar crimes de imprensa. O Tribunal do Júri é um procedimento especial incorporado ao sistema processual penal brasileiro cuja competência originária julga os crimes dolosos contra a vida, bem como os crimes conexos. É uma garantia individual e cláusula pétrea prevista no art. 5º, XXXVIII, da Constituição Federal de 1988, que assenta os princípios da plenitude de defesa, do sigilo das votações e da soberania dos veredictos. O Júri é composto por um corpo fixo (Juizes, Promotores, Defensores Públicos) e por cidadãos (juizes leigos). É bem sabido, que é preciso estudar e questionar as "verdades absolutas" acerca do Tribunal, porque seu estudo ficou estacionado desde o sistema inquisitorial. Apesar de ser uma cláusula pétrea, não se pode deixar de tecer várias críticas que esta instituição "democrática" enfrenta, principalmente na legitimidade dos jurados que são eleitos para compor o conselho de sentença, sem, assumirem a função de garantidor do sistema constitucional, ou seja, eles, na maioria das vezes, são indivíduos os quais não possuem representatividade democrática da sociedade, visto que são membros de grupos distintos; são facilmente susceptíveis frente às influências econômicas, políticas e midiáticas, na medida em que possuem independência para julgar; Ainda a falta de profissionalismo, os jurados, portanto, desconhecem o direito e o próprio processo, ou seja, não detêm os conhecimentos científicos mínimos imprescindíveis para o ato de julgar; são desprovidos de conhecimento legal e dogmático, e por isso não conseguem aplicar o texto da lei ao caso concreto; Cabe ressaltar, o distanciamento dos jurados das provas produzidas na fase investigativa, reduzindo assim, o julgamento a análise de folhas mortas; o jurado corre o perigo da não observância da prova judicializada, ou seja, poderá julgar sobre atos que não sejam verdadeiramente de provas judicializadas e colhidas ao abrigo do contraditório e da ampla defesa; É talvez o aspecto mais importante de todos os outros mencionado, a absoluta falta de motivação do ato decisório, pois, não precisam fundamentar suas decisões e por oportuno a possibilidade de decisão completamente fora das provas dos autos, onde a supremacia dos jurados permite que os mesmos decidam manifestamente em contrário as provas contidas nos autos, julgando a partir de elementos que não estão no processo. Por fim, é preciso enfrentar a questão da falibilidade dos jurados, que por todos os motivos elencados estão mais sujeitos ao erro que o juiz togado.

Palavras-chave: Tribunal do Júri. Legitimidade. Constitucionalidade.

*Alunos do Curso de Direito – IESP

** Professora Orientadora

Apresentação oral

RESPONSABILIDADE CIVIL- DANO MORAL NAS RELAÇÕES FAMILIARES

* Ely Jardielly Martins
** Luciana Cavalcanti Brito

Nem sempre as relações familiares são tão pacíficas quanto deveriam, ao contrário disso, é comum observarmos elementos familiares apresentarem comportamento nocivo, causando aos demais membros da família dano moral e por vezes um verdadeiro drama existencial. Nossa legislação não é pacífica quanto ao tema, porém é cada vez maior o número de ações pleiteando indenizações por esse tipo de conduta, bem como é crescente a quantidade de ações julgadas procedentes. O rompimento do casamento, ou mesmo dos esponsais, a depender do modo como ocorre, pode sim causar dano estando, desta forma, passível de indenização, havendo, contudo, de serem observados alguns requisitos para que isso ocorra. A noiva que investiu no casamento, na festa, em vestidos, etc., pode ser indenizada, devendo-se observar também o vexame que passou por todos os planos desfeitos “à beira do altar”, diante de todos os convidados e familiares. O cônjuge que não observa os deveres estabelecidos nos artigos 1.511 e 1.566 estará faltando contra os preceitos que regem as relações matrimoniais. Até mesmo o pai ou a mãe que não cumprem o estabelecido no art. 1.634 do Código Civil, bem como nos arts. 3º, 4º e 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente poderão tornar-se pólo passivo de uma Ação de Indenização por Dano Moral. O tipo de litígio aqui tratado versa acerca de questões delicadas, de foro íntimo, devendo, portanto, a autoridade utilizar-se sempre do mais profundo possível bom senso, pesando o binômio “necessidade e utilidade”, aplicando a lei e levando em consideração também os costumes da sociedade, tendo em vista o mais benéfico possível às partes envolvidas. Vale salientar também que a intenção aqui consubstanciada não é de engrossar a pilha de processos no sistema judiciário, nem tão pouco estabelecer um novo ramo de enriquecimento através de ações de indenização, mas obstar comportamentos danosos, ou seja, frear as condutas nocivas que podem ocorrer no seio familiar, refletindo-se em toda a nossa sociedade.

Palavras-chave: Dano. Divórcio. Adultério

*Alunos do Curso de Direito – IESP

** Professora Orientadora

Apresentação oral

ALIMENTOS GRAVÍDICOS

*Bárbara Tirzah

* Emanuella Porciúncula

* Flavianne Medeiros

** Luciana de Albuquerque Cavalcanti Brito

No ramo do direito de família estão os alimentos, que, de acordo com a lei 11.804/2008, podem ser concedidos antes mesmo do nascimento do feto, ou seja, garante o direito aos alimentos durante a gestação, sem a necessidade de comprovação da viabilidade da gravidez ou existência de vínculo conjugal, bastando a comprovação de indícios de paternidade, ônus esse da gestante. A finalidade dessa espécie de alimentos é evitar que a gestante fique desamparada durante a gestação, bem como proteger a vida do nascituro desde a sua concepção, tendo a gestante direito à valores referentes aos gastos com medicamentos, internações, exames complementares, alimentação especial, se for o caso, parto, assistência médica e psicológica, além de outras despesas que o juiz entender pertinentes e são devidos desde a citação do suposto pai. Com o nascimento da criança, são convertidos em pensão alimentícia, cabendo àquela também a prisão civil por inadimplemento, tema ainda muito controvertido doutrinariamente. Aqueles são devidos pela simples existência de indícios de paternidade, enquanto estes são devidos em razão do parentesco, casamento e união estável, exigindo-se, portanto, a comprovação do estado de parentesco ou da obrigação. A legitimidade para propor ação de alimentos gravídicos é da própria gestante ou seu representante, podendo inclusive entrar com a ação contra os avós da criança, no caso de o pai não ter condições de arcar com os alimentos, sendo devido àqueles, geralmente, a metade do valor que seria devido à este. Após o nascimento da criança, se comprovada a negativa de paternidade ou no caso de o feto nascer sem vida, não haverá restituição de valores, visto que os alimentos são irrestituíveis, porém, tendo o suposto pai suportado prejuízos patrimoniais e extrapatrimoniais indevidos, não sendo o pai biológico, é cabível a devida a reparação por danos morais e materiais embasadas na responsabilidade civil, se comprovada a má-fé da gestante.

Palavras-Chave: Alimentos. Gravídicos. Paternidade.

*Alunos do Curso de Direito do IESP

** Professora Orientadora

Apresentação oral

A atuação do Designer de interiores no Centro Histórico de João Pessoa

Hugo Xavier Cirilo Costa
Profª Christiane Nicolau

A proposta a ser apresentada trata-se da transformação, através do uso, de um casarão localizado no Centro Histórico da cidade de João Pessoa, atualmente desativado, em um bar noturno. O projeto parte da necessidade de valorizar os músicos e artistas locais ao mesmo tempo em que valoriza o patrimônio histórico tombado no qual o mesmo encontra-se inserido. Ao apresentar novos ritmos, instrumentos e artistas locais através de uma interação entre os apreciadores, o projeto visa promover a revitalização de uma edificação eclética, evitando assim a sua deteriorização pela falta de uso e valorização como patrimônio pela sociedade local. Os bares, restaurantes e casas de shows contratam artistas visando o retorno financeiro e no final das contas esse retorno acaba sendo mais importante do que a música. O projeto do bar pretende dar suporte a artistas locais e aos próprios visitantes que desejarem mostrar a sua arte, fazendo com que o bar atenda à diversidade social presente no espaço urbano. Diferentemente dos estabelecimentos já existentes, o projeto trará uma proposta de design influenciada pelo minimalismo com destaque para o piso de cimento queimado e os quadros inspirados no OP ART. Valorizando a amplitude do casarão faremos com que todos os frequentadores possam obter uma visão máxima de tudo que está acontecendo no bar. O palco como ponto principal atrairá toda a atenção, as mesas distribuídas ao centro, poderão ser relocadas próximas ao palco para uma apresentação mais intimista. Sofás percorreram toda a lateral direita do bar fazendo com que grandes grupos possam usufruir do espaço. O lado oposto aos sofás será instalado o bar de onde sairá todos os produtos para consumação dos clientes, uma grande bancada percorrerá todo o espaço do casarão obtendo assim uma proporção simétrica de distribuição. Com todos os aspectos apresentados, o objetivo do projeto é integrar todos os visitantes com uma proposta em comum, a música, fazendo com que todos os frequentadores possam aproveitar a diversidade musical proposta no ambiente e valorizada pelo projeto.

Palavras-chave: Intervenção, Integração, Música.

Aluno do Curso de Graduação em Design de Interiores FATECPB
Professor Orientador: Christiane Nicolau

A Agenda 21 como Estratégia para o Desenvolvimento Humano

Janayna da Silva Medeiros*
Rayane Oliveira Evangelista*
Maria Adelize da Silva Luz**

A proteção ao Meio Ambiente é de fundamental importância para a humanidade, pois a extensão dos seus reflexos alcança dimensões mundiais. Por ser um problema que afeta a coletividade, surgiu a necessidade da criação de um instrumento capaz de minimizar a degradação ambiental, realizando-se assim, a I Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, promovida pela ONU, que discutiu e aprovou a resolução 44/228 que estabelece no seu capítulo 28, § 40 a criação da Agenda 21 nacional de cada país. Define-se esta como um instrumento internacional capaz de construir politicamente as bases de um plano de ação ambiental para a promoção e inclusão de soluções humanitárias, que atinjam efetivamente todos os povos em escala planetária, a fim de promover o desenvolvimento global sustentável e evitar um crescimento industrial desenfreado. O presente estudo tem como objetivo demonstrar a Agenda 21 como uma forma de efetivação dos preceitos constitucionais que asseguram a todos um meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, fazendo-se necessária uma reinterpretação do conceito de progresso e a abordagem de questões fundamentais como: a luta contra a pobreza, a desertificação, a seca, conservação e gestão dos recursos naturais. Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, artigos publicados na Internet e a legislação específica. Obedecendo ao que foi acordado na Conferência Internacional, criou-se no Brasil o decreto presidencial de 22 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a Agenda 21. As autoridades competentes instauraram um conjunto de ações, que traz soluções de forma descentralizada e adequada à realidade e as diferenças sócio-econômico-ambientais de cada país. A Agenda 21 visa à adoção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, em face de um planejamento participativo que envolve vários setores da comunidade, buscando o fortalecimento da sociedade para que haja a conservação e a proteção ambiental, a justiça social e um eficiente crescimento econômico, objetivando o bem-estar da sociedade e a tão almejada melhoria da qualidade de vida populacional. Conclui-se que a efetiva implementação da Agenda 21 proporciona mecanismos capazes de diminuir a degradação ambiental e de promover a humanização e a reeducação da sociedade, conscientizando-a dos malefícios e do dano ambiental que suas ações podem causar, colocando em risco sua própria existência.

Palavras-chave: Agenda 21. Crise Ambiental. Desenvolvimento Humano.

*Alunos do Curso de Direito do IESP

** Professora Orientadora

Apresentação oral

Avaliação de conforto e readequação do ambiente da lanchonete Amigos Lanches

* Daniele Dias dos Santos;
*Kalina Maria Araújo Cabral de Melo
** Larissa Nascimento dos Santos

Este trabalho refere-se a um estudo sobre o conforto nas lanchonetes, abordamos temas como: o conforto térmico, luminotécnico e acústico. Com base nas informações adquiridas em pesquisa, escolhemos uma lanchonete para aplicar o conhecimento adquirido. O ambiente escolhido foi à lanchonete Amigos lanches, é especializado em oferecer refeições rápidas, sejam elas: jantar ou lanches, no período diurno e noturno. Esta fica localizada no campus da Faculdade IESP/ FATEC-PB, localizada no município de Cabedelo – Paraíba. Aqui nós levantamos as problemáticas existentes na lanchonete de acordo com as normas de conforto. A metodologia utilizada foi a aplicação de questionários com os alunos que são clientes desta lanchonete, medições in loco com o luxímetro digital, a bússola e o termo-higro-decibelímetro, nos horários de pico da movimentação da lanchonete e em horários mais calmos para obter os resultados de quantidade de luz e a quantidade de ruído, que existe em cada ambiente da lanchonete, também foi calculado a área útil de abertura para verificar se há ventilação suficiente e o levantamento de todos os móveis e eletrodomésticos existentes. Quem determina se um serviço é de qualidade é o cliente e analisando os resultados da pesquisa de satisfação feita com os clientes observamos que a grande maioria dos consumidores reclama do ambiente ser pequeno, de não suportar a quantidade de alunos apresentados, como também a falta de recursos para acessibilidade de cadeirantes. A partir dos resultados da pesquisa e do programa de necessidades da lanchonete, propomos um projeto de reforma e readequação do ambiente de acordo com as normas de ventilação, iluminação e acústica. A execução desta reforma tornará o ambiente de atendimento aos clientes mais agradável e aumentará rendimento e a satisfação dos funcionários. Com isso concluímos que um projeto dentro das normas de conforto trás ao consumidor e ao trabalhadores melhores condições de vida.

Palavras-chave: Lanchonete, Conforto, Acústico, Térmico, Iluminação.

* Aluno do Curso de Graduação em Design de Interiores – FATECPB

** Professor Orientador

O estilo renascentista tomou proporções além-Itália e havia sido difundida em outros países da Europa que muito ainda vivenciavam a arte gótica, bem como nos países baixos e na Alemanha. Arte esta muito presente principalmente em terras germânicas. Estima-se que, por volta do século XV, alguns artistas já apresentavam em suas telas características específicas da arte renascentista, tanto na forma e nas linhas, como nos instrumentos utilizados em suas obras. A tinta a óleo – ainda usada atualmente pelos artistas – foi um material de máxima importância para o avanço e o aperfeiçoamento da pintura renascentista. Entretanto, o estilo renascentista não faz parte exclusivamente da pintura. Os arquitetos holandeses e alemães tinham uma grande preocupação e interesse em fazer igrejas e catedrais que pudessem superar a imponência da arquitetura gótica. Enquanto o estilo gótico enaltece a supremacia do divino, o renascimento contempla o ser humano na posição daquele que possui o poder (outrora divino) de modificar as coisas do mundo e, conseqüentemente, a sua própria história. Logo, as igrejas e catedrais renascentistas possuíam vários lugares visíveis com pinturas e esculturas com representações personificadas e com características bem humanas, desde o seu aspecto às suas ações, antagônico aos santos anteriormente distantes de nós. Na Alemanha, quem principiou a pintura renascentista foi o artista Dürer. Outros artistas tentaram antes dele, mas encontraram dificuldades e não tiveram muita aceitação, visto que a cultura gótica estava muito enraizada nestas regiões. Bosch, Brugel e Holbein são alguns dos pintores mais importantes do período renascentista na Alemanha. Contudo, mesmo diante de tantos problemas para que fosse aceito um novo jeito de se expressarem artisticamente, os renascentistas conseguiram expor seus trabalhos com certa sutileza. Assim como nos países baixos e na Alemanha, a Inglaterra e a França demoraram um pouco para vivenciar o renascimento. Porém, logo que isso ocorreu, iniciaram produções artísticas em massa. Produções estas, das quais retiramos influências até hoje. Um dos maiores dramaturgos renascentistas, o William Shakespeare, ainda faz parte das nossas vidas, através de suas peças. Como por exemplo: Hamlet e Romeu e Julieta, entre outros. Suas peças se tornaram, posteriormente, em literatura. Há também autores e produtores que tentam adaptar as obras de Shakespeare para o cinema, outros criam histórias baseadas nelas. Se Shakespeare não faz parte das nossas vidas por livre e espontânea vontade, ele está sempre presente nas escolas, nas universidades, nos concursos e, também em nossos momentos de deleite. A arte renascentista é nada mais que uma busca de restaurar o conhecimento ocidental perdido pela imposição do cristianismo. Conhecimento este construído por filósofos, poetas, matemáticos, dramaturgos e artistas Greco-latinos. A tentativa de um retorno as nossas origens fez outra civilização ocidental surgir com uma fusão do novo e do velho. A arte renascentista não se estabeleceu desses lugares como na Itália, por exemplo. Mas deu origem a majestosos artistas que se eternizaram ao longo dos tempos pela grandiosidade de suas obras.

Palavras-chave: Artistas Renascentistas, Arte na Itália, Arte Renascentista.

Aluno do Curso de Graduação em Design de Interiores – FATECPB
Professor Orientador: Flávia Giangiulio Taveira

A TEORIA DA FORMA ALIADA À PRÁTICA NA DEFINIÇÃO DOS INTERIORES.

FREIRE DE OLIVEIRA, Maria das Graças*
COSTA, Patrícia de Lourdes Casadei**

Este estudo tem como principal motivação discutir a trajetória da teoria diante da prática projetual em Designer de Interiores, com vistas à compreensão dos reflexos na aplicabilidade dos Elementos da Linguagem Visual e seus benefícios estéticos e comportamentais. A pesquisa, de natureza exploratória e qualitativa, baseia-se na revisão da literatura com referência às vertentes teóricas e nas entrevistas com os profissionais da área, a propósito da pertinência do debate em torno do modelo projetual. Os resultados contribuirão para a análise crítica no que diz respeito às mudanças de paradigmas culturais e projetuais. Refletir sobre a afinidade da fundamentação teórica e a sua aplicação nos ambientes, tem trazido claras mudanças de paradigmas na estrutura do comportamento humano em relação ao espaço. Entre os muitos fatores que envolvem a elaboração de um projeto de interiores, o conhecimento e a utilização da Teoria da Forma são imprescindíveis para se chegar à harmonia, equilíbrio e funcionalidade. Ao uso dessas ferramentas deve-se associar a criatividade à utilização de metodologias, unidas à compreensão da complexa interação homem-ambiente nos níveis psicológico, sociocultural e comportamental. O projeto é o núcleo central da atividade, enquanto o ateliê é o centro de convergência de ideias e significância dos elementos teóricos na definição dos interiores. Ensinar a projetar constitui, também, instigar a criação e despertar o senso crítico nos alunos, diminuindo-se as distâncias disciplinares e metodológicas e favorecendo a consecução de um projeto com características próprias. Com a revisão do projeto baseado nos avanços tecnológicos e no desenvolvimento científico delineiam-se, novas ideias no campo do Design de Interiores e a reflexão crítica quanto ao papel dos profissionais. Essas experiências beneficiam os usuários ao desencadear emoções positivas, ao desfrutarem dos efeitos da interação com os serviços e a garantia do conforto e da qualidade de vida recompensados.

Palavras-chave: Design de Interiores, Projeto, Teoria da forma.

*Aluna do Curso de Design de Interiores

**Orientadora

CULTURA BRASILEIRA: O HOMEM CORDIAL E A POLITICA

* MENDES, Bruna
* MEDEIROS, Evaristo
* LINS, Luma
* JÚNIOR, Weldo
** Luciana de Lima Martins

A nossa herança cultural é formada, principalmente, pelas três maiores grupos que aqui se miscigenaram para construir a identidade brasileira: portugueses, indígenas e africanos. Dentre estes, os elementos culturais portugueses foram os que mais se sobressaíram. Para Sérgio Buarque de Holanda, na sua obra *Raízes do Brasil*, a força e a prática desses elementos eram de tamanha intensidade a ponto de serem designados como neoportugueses, ao invés de brasileiros. O conceito/modelo de “Homem Cordial” é uma das principais características dessa interpretação e se refere a formas de sentir, pensar e agir, ou seja, formas culturais adquiridas. A reprodução desse modelo o personalismo e agir de acordo com o coração. A utilização do nome ou parentesco para a obtenção de algum privilégio ou cargo público, etc., a mistura das esferas pública e privada. Apesar da conotação do termo “cordial” ser - quase sempre – positivada ou considerada como gentileza, este não é o caso: ao invés da construção de uma sociedade cidadã temos uma sociedade de privilégios, de exclusões. Podemos identificar, nos dias de hoje, vários exemplos desta prática cordial: nas relações entre patrão e empregado, cliente e vendedor, etc. Refletindo sobre o nosso universo político, também, percebemos muitos elementos do “homem cordial”. A dificuldade em tornar as ações públicas, sair dos interesses privados e vivenciar o mundo ao redor, faz com que se confunda facilmente o que é público e o que é privado, gerando transtornos e equívocos por parte das pessoas. A esfera doméstica opta por decisões exclusivamente públicas e vice-versa. Não existem limites para o desejo pela intimidade, qualquer um pode ser íntimo, e quando se quebra o paradigma vigente, contraem-se idéias negativas dos que não foram receptivos. O homem cordial age com o coração, deixa-se levar pelas emoções ou impulsos, bloqueia a disciplina e a racionalização referentes a um Estado e uma prática política mais racionais e uma burocracia mais eficiente.

Palavras-chave: Neoportugueses; Cultura Brasileira; Homem Cordial

*Alunos de Publicidade e Propaganda – IESP

** Orientadora

Apresentação em painel

CONCEITOS E DIFERENÇAS ENTRE NEUROMARKETING E NEUROPROPAGANDA

*Maria Naldilene Pereira Lima

**Antonio Augusto Albuquerque Vaz

No decorrer das últimas décadas, cada vez mais as ciências e tecnologias evoluem, fazendo surgir novas áreas interdisciplinares como o Neuromarketing, que é um campo de pesquisa surgido através da união das neurociências e o marketing, sendo um processo pelo qual se estuda a mente do consumidor, que tem a finalidade de descobrir e explicar de forma aprofundada os comportamentos, motivações, preferências e expectativas dos consumidores através da análise dos impulsos cerebrais. Sendo ela a junção de cinco ciências interdisciplinares consideradas como principais: neurociência molecular, a neurociência celular, a neurociência sistêmica, a neurociência comportamental e a neurociência cognitiva. Em consequência, surge a Neuropropaganda, uma atividade que visa produzir anúncios comerciais que atinjam a fronteira final do ser humano; o cérebro. A metodologia utilizada foi a bibliográfica com uma abordagem descritiva. O presente trabalho tem como objetivo distinguir o que é Neuromarketing e Neuropropaganda, traçando um paralelo para a identificação e diferenciação existente entre essas duas áreas. Ainda, propõe-se a elaboração de conceituações para a compreensão do que se trata e qual a função do marketing e da propaganda, através de uma autêntica pesquisa bibliográfica sobre os referidos temas. Conceitua-se marketing como um conjunto de técnicas baseadas em um embasamento teórico e prático do qual é utilizado para a comercialização e distribuição de produtos entre os diferentes consumidores, com a finalidade de satisfazer seus desejos, exigências e poder aquisitivo. Já a propaganda compreende uma ideia de incutir e implantar uma crença na mente alheia, incluir objetos ideológicos, comerciais etc. Sendo abrangente na forma como se comunica, ela torna algo público sem que isso se torne necessariamente persuasão, mas uma forma de fixar a marca/empresa na mente do consumidor. Por fim, percebe-se que o Neuromarketing e a Neuropropaganda são importantes ferramentas que contribuem para o auxílio dos profissionais, a fim de criarem produtos e propagandas que, cada vez mais, agradem o consumidor e influenciem na tomada de decisão da compra.

Palavras-chave: Neuromarketing, Neuropropaganda, consumidor.

*Aluna do período de Publicidade e Propaganda

**Orientador Mestre em ciências da sociedade pela UEPB e Professor do Instituto de Educação Superior da Paraíba-IESP

PLANEJAMENTO DE MARKETING PARA O SETOR DE INTERCÂMBIO EM UMA ESCOLA DE IDIOMAS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA PB

*Fabiana Gama de Medeiros

* Helton Manoel de Melo

** Maria Florina Fischer (Micky)

A importância do setor de serviços do Brasil e no mundo é um fator latente. O setor de prestação de serviços no Brasil e no mundo está em expansão e se mostra um mercado estratégico para o desenvolvimento da economia dos países. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2009) indicam que mais de 50% de tudo o que é produzido no Brasil provém do setor de serviços. A participação dos serviços na economia é fenômeno crescente desde início do século XIX, fato que despertou interesse de estudiosos, tanto no que tange a classificação das atividades que compõe o segmento, quanto da própria gerência dos serviços, com o intuito de aprimorar e desenvolver as organizações que atuam no setor. Neste sentido, práticas gerenciais e de marketing foram desenvolvidas tendo por base as características específicas da indústria de serviços, a qual difere significativamente da indústria de bens manufaturados. Para Grönroos (2003), uma das características marcantes das atividades de serviços é a intangibilidade, que implica no fato do consumidor não poder sentir, ver, cheirar, ouvir, ou tocar os serviços antes de consumi-los, como é o caso do turismo. Dessa forma, a busca por práticas que ofereçam subsídios para o sólido desenvolvimento do planejamento de marketing no setor de serviços é imprescindível. Tal necessidade se torna ainda mais indispensável quando se adentra no mercado de intercâmbio. Assim, o presente trabalho tem como objetivo realizar o planejamento de marketing para o setor de intercâmbio de uma escola de idiomas da cidade de João Pessoa, tendo como objetivos específicos realizar o diagnóstico do setor de intercâmbio da escola; determinar os objetivos e estratégias de marketing para o setor; e estimar os resultados esperados. Diante da recente reestruturação do setor de intercâmbio é que esse estudo se justifica, já que se fez imprescindível a realização de um planejamento de marketing formal, de maneira a fomentar o aumento da demanda por cursos de intercâmbio na escola. Além disso, o trabalho se tornou viável pelo fácil acesso às informações da organização, visto que os autores trabalham na empresa. Trata-se de uma pesquisa exploratória, através de um estudo de caso em uma organização do segmento de ensino de idiomas. O planejamento de marketing realizado aponta caminhos para a consolidação da marca como opção número um em compra de intercâmbio para os alunos da escola e procura inserir a organização em conformidade com o número de vendas das demais franquias. Esperamos que este planejamento de marketing auxilie a organização a atingir suas metas e tornar o seu setor de intercâmbio tão forte quanto as agências de intercâmbio concorrentes na cidade. Para isso será necessário o engajamento de todos os envolvidos no cumprimento das ações sugeridas.

Palavras-chave: Planejamento de Marketing; Serviços; Intercâmbio.

*Aluno do Curso de Pós-Graduação Formação de Consultores Organizacionais - IESP

**Orientadora. Dra. em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Professora do IESP

Apresentação Oral

METÁFORAS PROFUNDAS

*Wíngrid Maria Dunes Ribeiro

**Antonio Augusto Albuquerque Vaz

O presente trabalho trata do estudo da técnica de Marketing que busca desvendar os reais sentimentos do consumidor em relação às marcas. Tem como base os estudos [pioneiros] realizados por Gerald Zaltman, Professor da Harvard Business School e sócio da Olson&Zaltman empresa de consultoria. Segundo Zaltman, as metáforas profundas são “lentes” próprias que influenciam a maneira como percebemos a realidade, e interpretamos as informações que recebemos. Tais lentes são formadas ao longo da nossa vida que por fatores quemoldam nossa personalidade coletiva e individual, a partir da matéria-prima das nossas experiências, de lembranças e do contexto cultural. Seriam profundas por se passarem em domínio subconsciente da nossa mente, o que implica que não são prontamente acessíveis no momento de justificar explicitamente as nossas decisões por ela influenciadas. Grandes companhias como a Coca-cola procuraram a equipe de Zaltman para descobrir o impacto emocional que causam nos consumidores. A pesquisa foi desenvolvida através da pesquisa descritiva e bibliográfica. A metodologia utilizada foi a descritiva e a bibliográfica. O resultado mostrou que a Coca-cola estava ligada a pelo menos 4 das 7 metáforas profundas básicas: controle, conexão (a mais proeminente de todas, sobretudo com a família), transformação e equilíbrio. Essas metáforas foram recorrentes em entrevistas realizadas em vários países em que a Coca-cola está presente. Com base nos dados obtidos, a Coca-cola pôde reforçar o conceito da conexão consigo mesmo, na campanha seguinte – obtendo resultados muito bem-sucedidos. Diferentemente de grandes marcas, como a citada, grande parte dos gestores de marcas ainda pensa ‘superficialmente’. Seja por falta de tempo ou de informações sobre seus clientes Zaltman frisa a importância de se conhecer as percepções dos consumidores, sem as quais não haverá concepção de boas ideias que supram suas necessidades. Exemplos como o da Coca-cola, nos ensinam que chegamos àquele ponto em que o conhecimento superficial e generalizado do consumidor não é mais suficiente – chegamos à era da profundidade!

Palavras-chave: Neuropropaganda; metáfora profundas, marketing

* Aluna do curso de Publicidade e Propaganda – IESP.

O resgate da feira livre para o turismo de João Pessoa.

Leonilo Alves de Abreu
Niedja Glória Nogueira da Silva
Luciane Albuquerque Sá de Souza

O surgimento das feiras livres se deu a partir da necessidade de sobrevivência do homem que buscava meios de renda através da plantação e comercialização de produtos; atualmente estão inseridas no contexto da agricultura familiar, onde são negociados alimentos como verduras, frutas, grãos, farinhas, etc. No Nordeste brasileiro, essas feiras são mais populares pela sua característica regional e pela diversidade de produtos típicos e o artesanato local; além disso, a importância da feira também está na variedade gastronômica forte da cultura popular, destacando-se produtos como: tapioca, doces caseiros, bolos, rapadura, cachaça, mel de engenho e as tradicionais comidas típicas nordestinas, sem esquecer da animação da feira formada por trios pé-de-serra, como estratégia de atrair consumidores e motivar o vendedor. O presente trabalho tem como objetivo identificar atrativos turísticos na feira livre do bairro de Jaguaribe. Após ter sido feita a pesquisa de observação direta, de caráter qualitativo, tivemos a oportunidade de realizar uma visita à feira, levantando dados, fazendo análises e registro fotográfico, buscando imagens que pudessem registrar a situação real da mesma. A feira objeto de estudo de demonstração social e cultural está localizada em um dos bairros mais antigos da cidade de João Pessoa, entre o IFPB e a Mata do Buraquinho, com horário de funcionamento das 04:00 da manhã até as 21:00. Encontramos grandes diversidades de produtos que contribuem para a economia, renda dos feirantes e satisfação dos consumidores além de real valor para um turista que busca o seguimento do turismo cultural oferecido pela feira livre, podendo ser observado a história do local, os tipos de alimentos, os diferentes tipos de temperos, produtos alimentícios caseiros e um pouco do artesanato. A partir da análise no ambiente, foi observado um desinteresse por parte da gestão pública pelo local, em especial em relação à infraestrutura do espaço, organização das barracas, higienização dos alimentos e poluição visual. Verificou-se que os próprios vendedores reclamam por uma feira a cada 8 dias e não há uma pavimentação do ambiente; com isso eles sentem a dificuldade do baixo rendimento das vendas. Conclui-se que, levando-se em consideração o ambiente pesquisado enquanto um atrativo turístico, infelizmente a situação encontrada na feira livre de Jaguaribe ainda é insuficiente para que haja uma demanda de turistas, pois não existe condição adequada de levá-los até lá e oferecer um serviço de qualidade, já que não há pavimentação do espaço e a música e o estímulo de vendas através da voz características das feiras se dá de maneira desordenada. Propõe-se uma referência maior de uma típica feira nordestina, como a valorização da cultura popular, organização da feira, grupos de pé-de-serra, lazer e atrativos turísticos, resgatando assim a identidade local com a finalidade de atrair o turista.

Palavras chaves: Feira livre. Atrativo turístico. Turista.

**Orientador Mestre em ciências da sociedade pela UEPB e Professor do Instituto de Educação Superior da Paraíba-IESP

Apresentação Oral

Escritório Praia: Proporcionando Saúde e Bem estar com o diferencial do Ecoturismo.

*Caroline do Amaral

*Rafael Rodrigues

**Indira Brandão

O Escritório Praia surgiu em 2008 em João Pessoa, na praia do Bessa, é uma operadora de passeios ecoturístico de caiaques com o objetivo de proporcionar um serviço personalizado, promovendo e incentivando a preservação e a conservação ambiental. Atua na área de passeios na bancada de corais da praia (Caribessa), durante o dia e as noites de lua cheia, passeios no pôr-do-sol no Jacaré, e demais rios e afluentes da região. As informações prestadas foram recolhidas diretamente com o proprietário do estabelecimento, no qual destacou que a grande procura pelos pacotes, são por conta da saúde, bem estar e contato com a natureza. Observamos que o ecoturista é o principal foco do Escritório Praia, pois buscam desfrutar a beleza natural, sem agredir a natureza, e desenvolver a prática do esporte, que traz o contato com a natureza, a suavidade do ritmo do remo que ajuda a clarear os pensamentos e aliviar o estresse e as tensões do dia-a-dia. Considerando o esporte com menor risco de lesões, o remo não oferece impacto às articulações e proporciona resultados muito rápidos e satisfatórios a saúde e bem-estar. O constante contato com a natureza faz do remo um esporte único. Seu corpo todo consegue um exercício completo pelo movimento eficiente e rítmico do remo. Como forma de divulgação, a empresa organiza alguns eventos direcionados ao entretenimento noturno da cidade. O Escritório Praia vem fazendo do litoral pessoense, e os demais rios da região e pontos turísticos mais fascinantes, o seu campo de trabalho, atraindo adeptos turísticos do Brasil e do mundo inteiro, proporcionando um equilíbrio perfeito entre saúde e bem estar de um todo. O objetivo do Escritório Praia é de proporcionar aos seus clientes um serviço personalizado, promovendo e incentivando a preservação e a conservação ambiental. Oferecendo segurança e o máximo de conforto a todos, tornando assim o seu passeio algo inesquecível.

Palavra-chave: Ecoturismo, Caribessa, Bem estar.

*Orientados

** Orientador

Título: Camurupim, um destino com potencialidade para o ecoturismo

*Aslane Mariellen Ferreira Morais

*Elaine Cristina Meireles Idalino

**Maria Adelice da Silva Luz

O ecoturismo muitas vezes não tem conceito definido, ele pode ser confundido como turismo de aventura, e até mesmo como turismo rural, mas o ecoturismo consiste em interagir com o cotidiano da população e utilizar os recursos naturais de forma sustentável. Essa pesquisa foi realizada com o intuito de descobrir e analisar a vocação para o ecoturismo em Camurupim, proposto pela disciplina Gestão Ambiental. Os resultados mencionados neste artigo foram desenvolvidos numa visita *in loco* mediante informações obtidas pela população local. Destino pouco conhecido e com uma potencialidade incrível para o ecoturismo; está localizado na microrregião do litoral norte no povoado de Camurupim, à 66km da capital da Paraíba, tendo como seu principal acesso a BR 101 e a PB 041. Sua população segundo o IBGE 2010 é estimada em 7.611, a mesma é denominada indígena Potiguaras, e sua economia gira em torno da pesca marítima e nos manguezais, bem como, a agricultura familiar e comercialização da cana-de-açúcar (geralmente em terras arrendadas para usinas). Um dos atrativos é a praia de coqueirinho do norte, cujo trajeto pode ser realizado de duas formas: Através de canoa (pequena embarcação fluvial) ou por terra. O turista pode participar das atividades de pesca de mariscos, vivenciando como forma de experiência. A receptividade do povoado agrega valor à região e à cultura. O local já recebe turista, porém a infraestrutura ainda não é adequada, apesar de que, não se faz necessário uma infraestrutura grandiosa para a prática do ecoturismo. Mesmo assim, existe necessidade de uma infraestrutura mínima como: restaurantes, transporte, comunicação móvel e pronto atendimento médico. É preciso que haja investimentos públicos e privados para que o turismo em Camurupim desenvolva de forma sustentável e venha possibilitar geração de emprego e renda a comunidade do entorno, bem como, a integração da cultura indígena.

Palavras Chaves: Camurupim; Ecoturismo; Potencialidade.

*Orientados

** Orientador

TITULO: Perfil dos colaboradores hoteleiros da orla de João Pessoa

*Aslane Mariellen Ferreira Morais
*Francisco de Assis da Costa Santiago
*Edson da Cunha Athaide
**Luciane Albuquerque Sá de Souza

É notório que, nos últimos anos, o turismo no município de João Pessoa vem crescendo, e para este se torne sustentável, será necessário que a cidade esteja preparada para atender às necessidades dos turistas. Deste modo, foi realizada uma investigação, através de um estudo de caso, o qual contou com a participação de gestores de onze empreendimentos hoteleiros localizados à beira mar da capital paraibana (distribuídos entre os bairros do Cabo Branco e Manaíra). De uma maneira geral, é possível dizer que trata-se de uma pesquisa de caráter quali-quantitativo, cujo objetivo principal foi o de traçar o perfil dos funcionários que trabalham nos referidos hotéis e pousadas da orla pessoense. Após coletar e analisar os dados, o grupo de pesquisadores responsáveis pela condução desta investigação verificou que, segundo os gestores participantes, os estabelecimentos hoteleiros têm em média de 15 a 30 funcionários, sendo a maioria (67%) composta por homens, com idades variando entre 18 e 45 anos. Conforme os respondentes, a partir de um universo composto por 487 (quatrocentos e oitenta e sete) funcionários, aproximadamente 10% possui nível de formação superior; além disso, menos de 20 deles são graduados na área de Turismo ou de Gestão de Turismo. Os cargos de gestão, na maioria destes estabelecimentos, são ocupados por pessoas formadas no curso de Administração de Empresas. Observou-se que apenas dois estabelecimentos contam com funcionários que falam outro idioma; porém nenhum destes trabalha como recepcionista (justamente os primeiros funcionários do hotel a terem contato com hóspedes). Os gestores que participaram desta pesquisa relataram que reconhecem as falhas dos seus empreendimentos, mas acreditam que, através da prática do improviso, eles estão conseguindo atender às necessidades e expectativas dos clientes que visitam João Pessoa. Entretanto, evidencia-se que ficou clara a enorme carência de profissionais qualificados para atender a demanda do crescimento do turismo, seja ela na capital paraibana, seja no restante do país. Desta forma, surge a necessidade da implantação de um planejamento estratégico voltado à questão da qualificação dos profissionais que trabalham no setor turístico e hoteleiro da orla de João Pessoa.

Palavras-chave: turismo, colaboradores, hotéis, qualificação.

*Orientados

** Orientador

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA
EFICIENTE DE GESTÃO: Estudo de caso da ONG
Guajirú em Cabedelo, PB.**

Autora: Adriana de Souza Nascimento*
Orientador: Odilon Carreiro**

Este trabalho teve como principal objetivo conscientizar a comunidade do município de Cabedelo-PB de que a presença do lixo é uma problemática, ressaltando o papel da sociedade em geral, no desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental como ferramenta contínua para uma Gestão Ambiental eficiente. A mudança de hábitos e atitudes individuais pode levar a sociedade a tomar medidas mais abrangentes e transformadoras em prol do Meio Ambiente. A metodologia foi dividida em três partes: participação direta e indireta voluntária da comunidade em ações de coleta de lixo, participação em palestras educativas sobre educação ambiental e por fim, após etapa inicial preparatória, foram coletados dados de natureza qualitativa e quantitativa em campo, a partir de instrumentos de pesquisa adequados, que receberam tratamento estatístico e foram à base dos resultados, da discussão e da conclusão. Nestas ações observou-se que muitos ainda reagem com indiferença diante desta problemática, porém verificou-se avanços em direção a mudança e que cabe a multiplicação de iniciativas como estas, pois a Educação Ambiental é urgente. Além disso, os resultados obtidos poderão ter grande aplicação no gerenciamento, ampliação e melhoria de programas de coleta seletiva e de uma Gestão Ambiental eficiente em todo o município. Diante disto, o presente estudo apresentou um caráter interdisciplinar, associativo, com finalidade de desenvolver cidadãos engajados em uma filosofia de vida ética e moral com harmonia e respeito perante a natureza.

Palavras Chave: Gestão Ambiental. Educação Ambiental. Organizações Não Governamentais.

*Orientados

** Orientador

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO A PARTIR DA TEORIA MOTIVACIONAL DE HERZBERG

Aluno: Alex Rodrigues de Oliveira*
Professora: Luciane Albuquerque Sá de Souza**

Qualidade de vida no trabalho (QVT) é um conjunto de ações de uma empresa que envolve diagnóstico e implantação de melhorias e inovação gerencias tecnologias e estruturais, dentro e fora do ambiente de trabalho, visando propiciar condições plenas e desenvolvimento humano para e durante a realização do trabalho. A escassez de recursos é uma constante no momento desafiante e competitivo vivido pelas empresas, dificultando falar em QVT e visando aumento no nível de satisfação dos empregados. Sob uma perspectiva organizacional, pessoas são recursos valiosos, mas em geral subotimizadas em seu potencial, com reflexos nos resultados globais da empresa. No nível organizacional é fácil constatar que as expectativas dos empregados têm crescido em ritmo mais acelerados que o aperfeiçoamento das práticas gerencias. Em consequências disso, a alienação no trabalho trouxe até mesmo problemas sociais, refletidos em comportamentos do tipo: absentismo, alcoolismo e greves entre outros. Desta forma, a satisfação no trabalho passa a ser compreendida nos dias atuais, como um resultado do ambiente organizacional sobre a saúde do trabalhador e é apontado com um dos três componentes psicossociais do conceito de bem-estar no trabalho. Herzberg, em sua teoria da motivação no trabalho, faz a distinção entre motivação e satisfação no trabalho. Denominam de fatores higiênicos os fatores que levam à satisfação no trabalho e estes estão relacionados com as condições em que o trabalho é realizado. Já os fatores motivacionais são aqueles que estão diretamente relacionados com a tarefa ou o trabalho a ser realizado e influenciam diretamente a produtividade dos membros da organização. Para a realização dessa pesquisa teve-se como objetivo geral avaliar o grau se as lógicas organizacionais do setor produtivo de uma fábrica de calçados na Paraíba estão contribuindo para a qualidade de vida dos seus funcionários, a partir da perspectiva da teoria motivacional de Herzberg. Foram utilizados questionários, buscando-se traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas e a partir desses resultados foi possível identificar os elementos que estabelecem a motivação dos funcionarios da empresa pesquisada. Nos primeiros resultados encontrados, verificou-se que há falta de motivação dos funcionários em relação às suas atividades. Todavia, a pesquisa ainda se encontra em fase de construção. Espera-se que durante o desenvolvimento das análises dos dados seja possível encontrar soluções de melhorias e inovações, as quais serão sugeridas à organização onde este estudo foi realizado.

PALAVRAS-CHAVES: Qualidade de vida – Motivação – Melhoria e Inovação

*Orientados

** Orientador

A INFLUÊNCIA DA CULTURA ORGANIZACIONAL NO COMPORTAMENTO DAS PESSOAS: O caso da Igreja Universal do Reino de Deus, João Pessoa – PB

Alixandre Freires de Oliveira*
Joana D'Arc de Souza Cavalcanti**

Analisar o ambiente no qual convivem os membros participantes de uma organização, sendo relacionado a isto o seu nível de motivação e satisfação para o desenvolvimento de suas atividades, se torna de fundamental importância para o bom desenvolvimento das relações entre as pessoas, podendo ser determinado aquilo que é bom ou ruim para elas, assim como de uma forma mais ampliada, aquilo que favorece um clima organizacional favorável para a empresa. Por isso cumpre aqui mais uma vez estudar e buscar respostas para um assunto tão palpitante como a cultura organizacional. O trabalho tem ainda a meta de fornecer subsídios através de dados específicos determinados pela observação direta de uma empresa do terceiro setor, Organização não governamental, a Igreja Universal do Reino de Deus, localizada na cidade de João Pessoa. O objetivo principal é analisar a influência da cultura organizacional no comportamento das pessoas. De forma que derivantes dos dados levantados em consonância com os objetivos propostos foram analisados à luz da teoria apresentada como ponte teórica da pesquisa. Portanto, a análise dos dados coletados mostraram que a maneira pela qual as pessoas percebem seu ambiente de trabalho passa a representar uma força de trabalho importante e que influencia diretamente no comportamento deste funcionário. Assim, na empresa observou-se que a confiança aplicada pelo gerente aumenta a sua auto-estima, levando o funcionário a cumprir as expectativas de seus gestores.

Palavras-chave: Gestão de Pessoas; Comportamento Organizacional; IURD.

**Aluno do Curso de Administração do IESP.

** Orientadora.

Apresentação em painel

Resíduos eletroeletrônicos: um estudo de caso no IESP

DANIEL ARRUDA*
VIVIANE QUEIROZ*
KIARA RAQUEL*
MONIQUE PEIXOTO*
RODRIGO DE ALMEIDA*
Rômulo Oliveira**

A constatação de uma crise na relação entre o meio ambiente e desenvolvimento se dá através do padrão vigente de produção e consumo. Sendo o atual padrão caracterizado pela contínua exploração dos recursos naturais e pela excessiva geração de resíduos sólidos. Os resíduos sólidos eletroeletrônicos tem despertado grande preocupação na sociedade moderna, quanto a sua disposição segura no ambiente. Entre os estabelecimentos que geram uma grande quantidade de resíduos eletroeletrônicos encontram-se as instituições de ensino superior, principalmente, as Universidades e Faculdades. O presente estudo tem por finalidade apresentar o estado da gestão dos resíduos sólidos eletroeletrônicos na Faculdade IESP. No que se refere aos procedimentos metodológicos, o estudo caracteriza-se por sua abordagem predominantemente qualitativa. Como resultado identificou-se que o processo de gestão dos resíduos eletroeletrônicos no IESP não acontece de forma segura. Além disso, o descarte é totalmente inseguro podendo causar sérios danos ao meio ambiente e a sociedade. Portanto, conclui-se que se faz necessário um trabalho de conscientização ambiental na instituição, bem como a implantação de um processo de coleta e descarte seguros dos resíduos eletroeletrônicos gerados no IESP.

Palavras-chave: gestão, resíduos sólidos eletroeletrônicos, IESP.

*Orientados

** Orientador

Aplicação dos “Três R’s” na construção civil: um estudo na Construtora EJJ

Antonione de Castro*
Eudes Sobreira Fábio J’se Lucena*
Andrew Alekson*
Tereza Evâny de Lima Renôr Ferreira**

Os incentivos advindos do Governo Federal para o crescimento e desenvolvimento do país trouxe para o mercado da construção civil a oportunidade de acompanhar o crescimento econômico com uma atuação relevante. A construção civil exerce um papel significativo na redução de impactos ambientais, uma vez que é o segmento de mercado que mais polui o meio ambiente. Dessa forma, procurou-se processos capazes de minimizar os impactos ambientais com mecanismos disponibilizados na área de gestão ambiental. Com o constante incremento da quantidade de resíduos sólidos urbanos, a sua disposição final torna-se um grande obstáculo para a sociedade. Com isso, as prefeituras devem conseguir soluções para reduzir a geração de resíduos, de modo a minimizar a quantidade a ser depositado no meio ambiente. A geração de resíduos sólidos poderá sofrer diminuição por meio da redução na fonte, da reutilização e da reciclagem a partir da adoção de práticas ambientalmente corretas. O trabalho apresentado é fruto de um projeto da disciplina Gestão Ambiental lecionada no Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP, com o propósito de pesquisar e apresentar resultados de organizações que praticam a ferramenta Três R’s (reduzir, reciclar e reutilizar). A pesquisa foi realizada em uma empresa da área da construção civil, cujo objetivo foi conhecer as práticas de redução, reutilização e reciclagem promovidas pela EJJ Construções. Para coleta de dados foi elaborado um questionário com perguntas fechadas baseadas nas ações que a empresa executa na disposição final de resíduos sólidos relacionada a ferramenta Três R’s. Após a coleta e tratamento dos dados pode-se constatar que a EJJ pratica o “R” de reciclagem em grande parte de seus materiais como: entulhos de concretos, sobras de tijolos e cerâmicas, sendo essas sobras vendidas para aterros e outras construções para nivelamento de pisos. Com a venda dos resíduos a empresa adota um sistema de incentivo pautado em premiações. A prática do “R” de reutilização de materiais como latas de tintas, transformados em baldes, tábuas como escoras e andaimes, retalhos de ferros para reforço no concreto faz parte do cotidiano da construtora. Notou-se que o “R” da redução é praticado por meio da redução de acúmulo de lixo.

Observou-se ainda que um controle de qualidade eficiente dos produtos e procedimentos de reciclagem, reutilização e redução, contribuirá de forma positiva para a redução dos resíduos com campanhas educativas, envolvendo palestras, treinamento de pessoal e reuniões.

Palavras-chave: Construção civil. Três R’s. Sustentabilidade.

*Orientados

** Orientador

ALMOXARIFADO: Um Estudo de Caso de uma Agência Bancária do Centro de João Pessoa/PB sob a Luz da Metodologia dos 5S

Analyana Bandeira Barbosa*
Rômulo Carvalho de Oliveira**

Custos elevados em investimentos de materiais, e a importância que este elemento representa nos resultados da empresa tem redobrado a preocupação de diversas organizações no que se refere à suas próprias sobrevivências em tempos de concorrência desmedida. Por este motivo, a opção pela redução dos custos surge como alternativa irrepreensível, tendo como consequência a preservação da qualidade. Atendimento e serviços qualificados, acompanhados de custos reduzidos com níveis consideráveis de conforto e agilidade tornaram-se metas prioritárias. Todos esses indicativos são aplicáveis no espaço bancário, de modo a adquirirem papel destacado sempre que as necessidades dos clientes são atendidas. Para tanto, a experiência prática revela que a função do almoxarifado deve ser repensada, isto porque um dos alicerces inquestionáveis de atendimentos e serviços de qualidade é a armazenagem. A gestão conduzida de maneira imprópria acarretará custos e prejuízos indevidos. Este trabalho, portanto, analisa o almoxarifado de uma Agência Bancária do Centro de João Pessoa/PB sob a luz da metodologia dos 5S, com a função de apresentar um conjunto de dados sobre a infraestrutura do ambiente e desnudar questões não solvidas relacionadas à gestão de estoque. Os fundamentos teóricos da metodologia dos 5S servem de base para toda a interpretação da presente pesquisa. Trata-se de uma filosofia que visa mobilizar os colaboradores a partir da implantação de modificações no local de trabalho, tais como intensificar limpeza e segurança, aumentar a organização, eliminar os desperdícios e identificar descartes. A pesquisa elenca os pontos cruciais para a otimização do almoxarifado em razão de uma administração praticada por uma ferramenta de qualidade, que gera eficiência, diminui custos e satisfaz clientes. Na instituição bancária analisada, o manuseio destes recursos é essencialmente baseado na gestão de estoques, que reduz os custos, e na gestão da qualidade, que eleva o nível do serviço prestado. A transformação do ambiente de trabalho através dessa metodologia propulsora faz avançar toda a cadeia produtiva, desde a segurança, passando pela motivação dos funcionários até a estrutura organizacional, resultando, por fim, na consolidação de uma competitividade harmoniosa.

Palavras-chave: Logística. Gestão de Estoque. Almoxarifado. 5S.

*Orientados

** Orientador

O BENCHMARKING DE REGIÕES GEOGRÁFICAS COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO SETORIAL DA INDÚSTRIA TEXTIL: ESTUDO DE CASO TORITAMA, SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE E CARUARU

ANDREIA SABINO*
JOÃO JOEL GUIMARÃES*
Luciana Rabay**

É redundante dissertar sobre o ritmo acelerado que a globalização e a evolução tecnológica impõem ao mundo atual, e qual a posição a ser tomada mediante essas constantes mudanças. As palavras-chave são planejamento e resiliência, ou seja, rapidez na adaptação às mudanças sem conseqüências ou seqüelas à base do sistema existente. E para planejar em como atuar no mercado globalizado e competitivo, é preciso ter em mãos informações do mercado através da pesquisa de mercado ou pesquisa de marketing que é a razão deste projeto. A Paraíba que teve no algodão o seu ouro branco, tem tradição na indústria têxtil porém sofre competição de um vizinho forte, com um polo têxtil em franco desenvolvimento, Pernambuco. E para melhorar e fazer ressurgir a indústria têxtil na Paraíba, é importante fazer um benchmarking para saber como seus competidores tem se estruturado. Quando se conhece o mercado de atuação, existe a capacidade de traçar o perfil do seu consumidor, tomar decisões com relação a objetivos e metas, ações de divulgação e comunicação, preço, distribuição, localização do ponto de venda, produtos e serviços adequados ao seu mercado. Para chegar ao que se propôs, foram utilizadas as modalidades de pesquisa indireta e direta, de dados secundários e primários, respectivamente, esta última, com aplicação de questionários elaborados especialmente para esta etapa. O conceito que norteou com maior influência toda a pesquisa foi o de *benchmarking*, isto é, o estudo e a análise das melhores práticas e/ou casos de sucesso, que possam, premeditadamente servir de base para reflexões e conclusões na fase de planejamento para um empreendimento. Para isto, foi considerado o Pólo de Confeções do Agreste Pernambucano, tendo sido minuciosamente pesquisadas as cidades de Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru. No caso da pesquisa em questão, ela se caracteriza como uma pesquisa do tipo exploratório-descritiva, definindo que uma pesquisa é um processo racional e sistemático de coleta, registro e análise de dados e informações de forma a atingir os objetivos previamente determinados. As cidades de Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru, estão localizadas no agreste de Pernambuco e constituem os principais eixos do pólo têxtil do Estado, surpreendendo a economia nacional pelo grande número de empresas familiares e atratividade de indústrias. O arranjo produtivo local tem vendas que atingem todo o Brasil e países da América do Sul, com uma estimativa de cerca de 45 (quarenta e cinco) mil pessoas por semana que visitam as feiras realizadas nas três cidades. Um estudo do ano de 2003 realizado pela Universidade Federal de Pernambuco, aponta que, tratando-se dos três pólos existem 12 mil unidades produtivas/empresas, embora somente oito por cento tenham caráter formal, empregando em torno de 76 mil pessoas e produzindo 57 milhões de peças por mês, cujo faturamento mensal é superior a R\$ 144 milhões de reais.

PALAVRAS-CHAVES: BENCHMARKING, INDÚSTRIA TEXTIL, ANÁLISE DE MERCADO.

*Orientados

** Orientador

A importância da QVT para os Colaboradores da CASSI/PB

Andréa Marques de Freitas Melo*
Luciane Albuquerque Sá de Souza**

O ser humano é considerado um ser complexo e diversificado. Por esse motivo, vem se exigindo cada vez mais do desempenho das pessoas, comprometendo a Qualidade de Vida tanto profissional quanto pessoalmente. O mercado competitivo está mudando muito rápido e a necessidade desse acompanhamento vem modificando o modo de pensar e de agir dos gestores e dos colaboradores. O tema QVT vai além dos benefícios oferecidos ou até mesmo da integridade física dos colaboradores; tem como complementação a satisfação e a motivação de como cada indivíduo desempenhará suas atividades cotidianas. O ambiente, a cultura organizacional, as ações propostas pelos gestores e o clima organizacional são o grande diferencial para o alcance de resultados favoráveis juntamente com a equipe. Pode-se dizer que, a Gestão de Pessoas exerce um papel fundamental e diferencial na vida dos colaboradores, e tem sido o principal responsável por organizações bem sucedidas. Analisando as dimensões do modelo de Walton, é possível se destacar algumas variáveis que podem vir a comprometer o nível de QVT das pessoas, tais como: satisfação com o trabalho executado, possibilidades de futuro dentro da empresa, reconhecimento pelo trabalho desempenhado, salário adequado, benefícios auferidos, condições de trabalho, constitucionalismo entre outros fatores. Logo, este estudo foi realizado na CASSI/ PB, precisamente a unidade de João Pessoa, a partir da aplicação de questionários fechados objetivando verificar como os colaboradores da empresa percebem sua QVT. De um total de 41 funcionários – efetivos, terceirizados e estagiários – responderam voluntariamente 33. No perfil geral, o nível de escolaridade foi de especialização completo, a maioria pertence ao sexo feminino, a faixa salarial foi menor ou igual a dois salários mínimos, as condições de trabalho em relação aos processos seriam realizados dentro da jornada normal de trabalho, o ambiente físico foi favorável em todos os sentidos sem ocasionar danos a saúde e que principalmente a sinergia entre os gestores e colaboradores funcionavam de maneira respeitosa, colaborando de forma positiva com o clima organizacional. Outra parte importante observada foi o comprometimento da empresa em manter nas suas metas anuais as capacitações e treinamento favorecendo a preparação de seus colaboradores em processos seletivos futuros. Outro ponto fundamental da pesquisa foi os motivos pelos quais os colaboradores permaneciam por longo tempo na mesma empresa, até mesmo porque o tempo mínimo observado foi acima dos 5 anos. Segundo os participantes isso se deve pelos benefícios obtidos, ser tratado com respeito e justiça, pelo salário, relacionamento com os colegas, etc. Nessa empresa em particular, a visão estratégica é considerado positiva, pois o bem estar de seus colaboradores a garantia de excelência na prestação e na satisfação dos seus serviços, interagir diariamente com sua equipe e buscar conhecer as necessidades individuais são prioridade.

PALAVRAS CHAVE: Gestão de Pessoas, satisfação, motivação, QVT.

*Orientados

** Orientador

UM ESTUDO SOBRE A ANÁLISE E CONCESSÃO DE CRÉDITO NA FINANCEIRA ALFA S.A – CFI

Diego Queiroga Cavalcanti*
Joana D'Arc de Souza Cavalcanti**

A presente pesquisa tem por objetivo analisar e interpretar as variáveis que influenciam direta ou indiretamente a adimplência ou a inadimplência nos financiamentos para veículos, verificando as correlações existentes entre essas variáveis, apontando aquelas que mais influenciam as ocorrências que interferem na classificação dos clientes como bons ou maus pagadores. Isto tudo dentro de uma amostragem numa carteira de crédito de financiamento para veículos em uma instituição financeira. Por sua vez, a relevância do tema ocorre em virtude de que os mercados financeiros e mais especificamente a atividade de intermediação de recursos, tem a função de unir poupadores e tomadores, tarefa necessária para aumentar o bem-estar econômico e a eficiência das atividades daqueles que se utilizam desse sistema, importante e crucial para a saúde econômica do país. Com o financiamento de veículos, abre-se um leque de opções de desenvolvimento econômico e social, seja pela garantia da manutenção e ampliação de empregos na indústria automobilística, ou na prestação de serviços pelas concessionárias autorizadas, oficinas, companhias e corretoras de seguros, bancos e financeiras. A pesquisa foi do tipo exploratória e descritiva, a partir da revisão teórica e da pesquisa de campo. O instrumento de coleta foi um questionário com perguntas fechadas aplicado junto aos funcionários do Banco Alfa S.A, que prestam serviços na Agência localizada na Cidade de João Pessoa (PB). Após a coleta, os dados foram analisados através de método simples de estatística, utilizando-se como ferramenta de tabulação e análise o aplicativo Excel do Programa Office da Microsoft, e que foram expostos através de gráficos.. A revisão dos fundamentos teóricos, à luz da teoria e dos autores referenciados, proporcionou o contato do pesquisador com informações extremamente valiosas sobre a atividade institucional denominada de intermediação de recursos financeiros, mais precisamente pelo segmento das financeiras. Neste sentido pode-se observar que o princípio do crédito está assentado na confiança das partes. Da parte do credor institucional, que foi o foco deste estudo, deve-se estabelecer uma política de crédito com diretrizes que envolvam: período de crédito de uma empresa, padrões de crédito, procedimentos de cobrança e descontos oferecidos.

Palavras-chave: Análise; Decisão; Crédito.

**Aluno do Curso de Pós-Graduação em Gestão Financeira e Controladoria do IESP.

** Orientadora.

Apresentação em painel

Análise dos Serviços da Secretaria do Colégio Hatikva para a Fidelização do Cliente com o Auxílio da Ferramenta Marketing

Évelin Carla Silva de Albuquerque*
Luciano Santana Medeiros**

Com o aumento da competitividade do mercado de trabalho muitas empresas estão sujeitas a mudanças, principalmente, no que diz respeito à melhoria em seu atendimento e sua forma de comportamento no mercado globalizado, a fim de aumentar a suas vendas. Este trabalho tem como objetivo analisar a qualidade em serviço da secretaria do colégio Hatikva vista a fidelização do seu cliente. Trata-se de um Estudo de Caso realizado com métodos tipificados como exploratório e documental, que utilizou a abordagem quantitativa, resultante de amostras colhidas através da aplicação de questionário com perguntas fechadas e aberta. Para embasar a análise dos dados colhidos, a pesquisa foi buscar uma ampla e qualificada fundamentação teórica. De maneira geral, o trabalho traça a estrutura operacional e o perfil da empresa, mostra as estratégias e filosofias da organização e identifica a qualidade do serviço percebida pelo usuário da Escola **HATIKVA** e mostra que a mesma precisa disponibilizar mais pessoas na secretaria, pois a pesquisa feita relata esse déficit na secretaria por conter apenas um funcionário.

Palavras-chave: Cliente. Marketing. Competitividade.

*Orientados

** Orientador

ABSENTEÍSMO O X DA QUESTÃO!

FERNANDA GABRIELLE RODRIGUES DE MORAES*
LUCIANE ALBUQUERQUE SÁ DE SOUZA**

O absenteísmo tem sido um fator de preocupação para as organizações que dependem do comprometimento de seus funcionários. Nessa perspectiva, a relação entre absenteísmo e condições de trabalho na busca da melhoria laboral no setor do Corte de uma grande empresa de calçados esportivos na cidade de João Pessoa-PB constitui o objeto de investigação deste estudo. No que diz respeito ao referencial teórico, recorreu-se à Ergonomia da Atividade (Guérin *et al.*, 2001) como principal abordagem que subsidiará o processo de apreensão da percepção dos funcionários, ou seja, se a organização e as condições do ambiente de trabalho estão influenciando o alto índice de absenteísmo no setor produtivo Corte. Enquanto dispositivos metodológicos utilizados, merecem destaque a observação do ambiente e o questionário estruturado, objetivando dar conta da máxima descrição, compreensão e explicação do objeto de estudo. A coleta de dados foi realizada no setor produtivo Corte, e de um total de 168 funcionários, 117 participaram voluntariamente, sendo 75 homens e 42 mulheres. A interpretação dos dados será formal com método de pensamento reflexivo, mais especificamente com tratamento científico, com o objetivo de conhecer a realidade ou descobrir verdades parciais, e encontrar respostas para questões propostas ao objeto (Marconi e Lakatos, 1996). Os dados encontram-se em fase de análise, porém espera-se que, a partir dos resultados encontrados, seja possível se obter uma permissão, por parte da empresa pesquisada, para ajudar na concepção dos meios materiais, organizacionais e em formação. Almeja-se que os funcionários possam realizar os objetivos esperados em excelentes condições de trabalho, onde preservem seu estado físico, psíquico e sua vida social. A ação ergonômica não consiste em aplicar métodos ou em fazer observações; ajustar os métodos e as condições de sua aplicação traz consigo a possibilidade de transformar o trabalho, onde o desafio que aqui é proposto tem como base essa transformação das representações. Neste sentido, conclui-se parcialmente que é interessante focar os aspectos ergonômicos e sua importância dentro do contexto de absenteísmo na busca de medidas preventivas e essenciais para o sucesso no combate e minimização dos níveis de ausência na empresa.

PALAVRAS-CHAVE: Absenteísmo; Ergonomia da Atividade; Condições de Trabalho.

*Orientados

** Orientador

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL MEDIANTE A COLETA DE LIXO ELETRÔNICO

Giulliana Souza Silva de Oliveira *
Tereza Evâny de Lima Renôr Ferreira **

A inovação tecnológica promoveu grandes avanços no desenvolvimento do homem e da sociedade e juntamente com esse avanço veio a exploração de recursos naturais não renováveis para industrialização de produtos tecnológicos. É necessário revisar os métodos de produção de forma que o sucesso empresarial não seja alcançado a qualquer preço, e sim ponderando os impactos ambientais consequentes da atuação administrativa das empresas. A Responsabilidade Ambiental pode ser definida como um conjunto de atitudes individuais ou empresarias envolvendo contribuições para o desenvolvimento sustentável do planeta. O resumo ora apresentado foi construído a partir de um projeto de responsabilidade ambiental surgido a partir de uma necessidade específica da Qualitech Informática, empresa que oferece produtos e serviços em tecnologia, cujo destino do “lixo eletrônico” acumulado na organização não tinha o destino adequado. A partir dessa percepção foi realizado um resgate de todos os resíduos que se encontravam em toda empresa, principalmente nas áreas de produção de computadores e assistência técnica. A empresa realizou uma conscientização ambiental com seu público interno dando origem a prática do descarte do lixo eletrônico de forma correta. Posteriormente foi realizado um trabalho direcionado à conscientização com clientes e fornecedores através de uma campanha publicitária realizada pela empresa, o engajamento promoveu a empresa a um dos pontos de coleta de lixo eletrônico e com parceria de uma empresa paraibana de reciclagem de lixo eletrônico favorece a reciclagem de recursos não renováveis dando origem a outros produtos. Além do trabalho de reciclagem, a empresa ainda consegue desenvolver um trabalho de ação social e de reaproveitamento a partir da montagem de máquinas e doação a instituições carentes. Com este projeto a Qualitech pretende no futuro contribuir cada vez mais com as ações relacionadas ao descarte correto do lixo eletrônico, bem como a conscientização contínua de seus danos ao meio ambiente, para que assim tenhamos resultados cada vez mais positivos nas doações. Para esse tipo de ação, o marketing ambiental se faz necessário, pois é através das ações advindas do setor que a informação chega até a sociedade. Sem as ações de marketing, o impacto da campanha ao público se torna mais lento e conseqüentemente, compromete os objetivos do trabalho.

Palavras-chave: Responsabilidade ambiental. Reciclagem. Sustentabilidade.

*Orientados

** Orientador

AS CRESCENTES OPORTUNIDADES DE PEQUENOS EMPREEDIMENTOS NO AGRONEGÓCIOS: TENDÊNCIAS DO SETOR AVÍCOLA NA PARAÍBA

JÉSSICA VALVERDE*
LEONARDO PICARELLI*
Luciana Rabay**

O Brasil é conhecido como o celeiro do mundo e desponta no mercado global como grande exportador de produtos agrícolas. Porém existe uma concepção de que agronegócios é oportunidade para empreendedores com grande capital financeiro, o que em certos casos não é verdade. Na Paraíba, a maioria dos produtores são pequenos, e para terem sucesso é necessário achar nichos de mercado e produtos diferenciados como por exemplos o arroz vermelho, o algodão colorido e a galinha caipira. Para pesquisa o mercado de Galinha Caipira, é preciso entender o que é Galinha Caipira, ou o que a difere dos demais tipos de Galinha. Iniciando essa fase de definições, começamos com a determinação do SEBRAE (2009) que define Galinha Caipira como aves em que parte da alimentação é suprida por alimentos naturais como capins a pasto ou picados, verduras, frutas, insetos e minhocas. Porém, o Ministério da Agricultura, através do Ofício Circular N° 007/99 de 19/05/99, registra que a alimentação dessa ave no estilo de criação caipira deve ser constituída por ingredientes, inclusive proteínas, de origem vegetal, e até os 25 dias devem ser mantidas em galpões (EMBRAPA, 1999). A diferença essencial entre elas são as formas de criação e alimentação. Por existir uma concepção muito clara do que é a galinha industrial, que são as criadas em sistema intensivo, o frango branco mais conhecido pelo consumidor, a maior dúvida era entre os tipos capoeira e caipira. A metodologia empregada para a coleta de informações foi a utilização de um questionário estruturado com perguntas fechadas, apresentando perguntas dicotômicas e de múltiplas escolhas, por vezes permitindo ao respondente mais de uma opção a sua escolha. Para a elaboração do instrumento de pesquisa foi utilizada a tecnologia *Google Docs*. O questionário foi publicado na *internet* por meio de um *link* divulgado nas redes sociais e enviado para um grupo de dados de mais de dois mil e-mails. Esta pesquisa teve um total de 125 respondentes, porém a população da pesquisa tinha como característica básica consumir carne de frango. Apenas um respondente afirmou não consumir esse alimento, o que nos deu um total de 124 respostas, amostra essa definida como sendo não probabilística por acessibilidade. Com base nas pesquisas realizadas, é pertinente dizer que o mercado da avicultura brasileira passa por um período muito bom. O País está entre os cinco que mais consomem e produzem no mundo, e detém o primeiro lugar em termos de volume de exportação. Além do aumento do consumo, existe outro nicho de mercado voltado para o lado ecológico e sustentável, que incentiva a criação e consumo de outros tipos de frango além do tradicional industrial, como por exemplo a galinha caipira verdadeira, ou até galinha orgânica. Foi visto na pesquisa que a criação do frango caipira vem tendo destaque, mas no Estado da Paraíba não existem ainda produtores oficiais deste tipo de frango devido a ausência do abatedouro que validará a classificação CAIPIRA.

Palavras-chave: AGRONEGÓCIOS, GALINHA CAIPIRA, EMPREENDEDORISMO.

*Orientados

** Orientador

Vantagens do Treinamento para o Desenvolvimento Empresarial

Larissa Vieira Erlich Nunes*
Joana D'Arc de Souza Cavalcanti**

As pessoas são o único recurso de uma organização, capaz de autodirecionamento e desenvolvimento, por isso é importante oferecer variados tipos de treinamentos. Para tanto, é preciso avaliar as deficiências da organização, o perfil dos colaboradores, além de definir as prioridades para cada setor e aplicar o melhor plano de capacitação em curto, médio e longo prazo. O tempo do amadorismo nos negócios já se foi, há muito tempo, substituído pelo profissionalismo. A era do conhecimento não deixa mais espaço para profissionais desqualificados e empresas obsoletas e despreparadas para o mercado. Não há então outra saída a não ser treinar e desenvolver o capital humano nas organizações. Diante do exposto, este trabalho teve como objetivo geral, demonstrar a importância do treinamento corporativo para o sucesso das organizações contemporâneas. Através de uma revisão da literatura especializada e da pesquisa de campo realizada a partir da observação sistemática e de levantamento de dados através de entrevistas de roteiro semi-estruturado com os responsáveis pelo setor de gestão de pessoas da empresa estudada. O direcionamento desse estudo, buscando demonstrar, através de uma sistematização de dados colhidos em obras literárias sobre o tema, e com base na observação em loco, através da coleta de dados junto a empresa, foi realizada através de uma abordagem exploratória. Verificou-se que a empresa estudada está cada vez mais buscando suas melhorias e priorizando essa busca, voltamos para os pontos principais para alavancar esse crescimento e abrir os horizontes do aprendizado. Assim, as empresas que não investirem em conhecimento, treinamento e qualificação estão fadadas a desaparecerem do mercado. Este é um assunto abrangente e de extrema relevância para as organizações, contudo, para efeito, o que se pretendeu nesta abordagem foi elucidar, em linhas gerais, a importância do treinamento e do desenvolvimento de pessoas com foco na valorização do indivíduo enquanto ativo no ambiente empresarial.

Palavras-chave: Gestão de Pessoas; Treinamento; Desenvolvimento Empresarial.

**Aluna do Curso de Administração do IESP.

** Orientadora.

Apresentação em painel

ANÁLISE DOS FATORES MOTIVACIONAIS DE UMA TRANSNACIONAL VAREJISTA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA.

Marco Aurelio Rodrigues Veloso*
Luciana Rabay Butcher**

Este material trata de ensinamentos sobre motivação, frutos de célebres especialistas da área que, alicerçam este trabalho acadêmico, delimitando um ponto de partida para seu desenvolvimento e servindo de comparativo entre os dados coletados a fim de embasar as conclusões contidas no mesmo. Mais especificamente, este trabalho tem como objetivo analisar a empresa, situada da cidade de João Pessoa, através de pesquisa feita com seus colaboradores, no que tange à motivação de cada um. Os dados foram coletados através de questionários, os quais foram utilizados para tabulação e processamento estatístico dos resultados da pesquisa (análise quantitativa). Em relação à análise qualitativa as informações foram retiradas baseadas na própria observação dentro da empresa acima citada. Após a análise dos dados pode-se concluir que ainda há muito o que melhorar no que diz respeito à gestão de pessoas na empresa onde a motivação individual ainda é algo que deve ser investido, principalmente se a mesma tem intenção de obter lucros e oferecer um bom atendimento aos seus clientes.

Palavras-Chave: Gestão de Pessoas, Motivação, Satisfação.

*Orientados

** Orientador

GESTÃO ESTRATÉGICA DA INFORMAÇÃO

Marília Augusta*
Ruhan Silva*
Tereza Evâny de Lima Renôr Ferreira**

Reconhecer que a informação é uma ferramenta poderosa quando se trata de construção de estratégias organizacionais é um desafio constante na gestão. O resumo foi construído a partir do projeto de pesquisa intitulado gestão estratégica da informação e buscou estabelecer o caminho para a formulação de estratégias a partir do fluxo informacional e análise do ambiente interno e externo das organizações. Foi utilizado um estudo bibliográfico enfatizando autores nacionais e internacionais que versam sobre informação, estratégia organizacional e fluxo de informação. A partir da explanação teórica foi possível visualizar o fluxo da informação sob o olhar do modelo descrito por Adriana Beal (2008) e da análise SWOT. A partir desta análise dos modelos foi possível construir um modelo adequado capaz de perceber que a informação percorre um fluxo organizacional e é apropriado para construir estratégias a partir dos subsídios informacionais coletados externamente e internamente destinados ao público interno e externo. Para a concretização dessa percepção e modelo, a pesquisa ora em andamento no Setor de Planejamento e Qualidade da Empresa de Correios e Telégrafos/JP, passou pela etapa de coleta de dados e atualmente encontra-se no processo de análise. A pesquisa espera encontrar resultados que possibilitem cotejar o modelo descrito a partir da análise e construção de estratégias.

Palavras-chave: Informação. Análise SWOT. Fluxo da Informação.

*Orientados

** Orientador

ALGODÃO ECOLÓGICAMENTE CORRETO:
Produção, exportação e seu potencial de uso na moda Italiana

Max da Silva Santos*
Franklin Santos de Oliveira*
Viviani Queiroz Ribeiro de Farias*
Luciana Rabay**

A Paraíba é um estado detentor de várias riquezas naturais, o oceano Atlântico, que banha suas costas, proporciona a olhares acurados sensações indescritíveis. Todavia, este estado começa a despontar no cenário nacional por uma peculiaridade produzida nesse território. O algodão colorido é um produto genuinamente paraibano e que vem passando por um processo de melhoramento genético contínuo, a fim de se estabelecer o cultivo de uma espécie resistente a pragas, que se adapte ao clima do semiárido e que atenda as necessidades dos produtores e dos industriais têxteis. Foi através da seleção genética proposta pela EMBRAPA, que se tornou possível identificação dos genes responsáveis pela cor, bem como outras características como resistência, comprimento e finura da fibra. Neste trabalho, portanto, podemos apresentar de forma minuciosa o algodão ecologicamente correto, bem como fatores que justifique a viabilidade da exportação desse produto, sua produção, os atores que fazem parte desse processo além das estratégias para divulgação e potencial de uso dos mesmos na Indústria da Moda Europeia, mas especificamente a Italiana. Essa abordagem oferece de forma sistêmica um conjunto de informações extraídas de diversos órgãos responsáveis pelo comércio exterior local e global e proporciona um olhar mais acurado a respeito das relações internacionais de comércio entre esses países (Brasil e Itália) contribuindo assim para o conhecimento não apenas dos envolvidos neste documento, mas também de todos aqueles que se julguem interessados assim como toda comunidade acadêmica. Como resultado desses esforços, compreendemos que seria possível a exportação de artigos têxteis não só para a Itália bem como para toda comunidade Europeia por identificarmos a facilidade do escoamento da produção por esses territórios, além de que os produtos fabricados a base de algodão colorido possuem uma grande perspectiva de crescimento devido ao seu conceito de produto sustentável, serem produtos confortáveis. Esse espírito ecologicamente correto vem invadindo a moda, com tendências nas novas coleções em diversos países do mundo.

Palavras-chave: Algodão colorido, sustentabilidade, exportação.

*Orientados

** Orientador

QFD – O DESDOBRAMENTO DA FUNÇÃO QUALIDADE NA GESTÃO DE SERVIÇOS

Rafael Braga Rodrigues*
Luciane Albuquerque Sá de Souza**

Assumindo o contexto de competitividade global que acomete praticamente todos os setores da indústria, seja de bens ou serviços, o próprio mercado evidencia a Qualidade como fator decisivo de sobrevivência para as organizações. A partir desta perspectiva, considerando o crescente papel do setor de serviços na economia brasileira, delimitou-se o ambiente da Qualidade em Serviços como foco desta investigação. Esta foi realizada através de um estudo de caso considerando uma empresa prestadora de serviços de reparação técnica automotiva da cidade de João Pessoa - PB. No que tange o referencial teórico, o estudo recorreu à um resgate das principais correntes conceituais acerca da qualidade e de serviços, às vistas de Crosby (1995), Juran (2001) e Las Casas (1993), como pano de fundo para uma contextualização do ambiente pesquisado. A realização deste estudo se baseou em uma proposta de intervenção considerando a manutenção e alavancagem da qualidade como foco estratégico. Para tal, destacou-se o desenvolvimento de um modelo de planejamento da qualidade baseado nos conceitos da ferramenta QFD – Quality Function Deployment (Desdobramento da Função Qualidade), seguindo a temática descrita, dentre outros, por Akao (2004) e Eureka e Ryan (1992). Quanto aos aportes metodológicos, considerou-se uma abordagem quali-quanti, com a aplicação inicial de um questionário aberto, interpretado sob o método da análise de conteúdo pautado por Samara e Barros (1997), onde merece destaque o transporte destes dados para um questionário fechado, contemplando a transcrição de todas as principais demandas dos consumidores, de maneira a elenca-las através de um método de priorização, executado à luz de Ribeiro *et al.* (1998, apud JESUS, 2001). A identificação e priorização das demandas dos clientes se caracterizaram no primeiro passo para o conhecimento das necessidades do mercado e para um planejamento bem ajustado. Logo, os resultados de priorização foram aplicados em uma matriz, que se traduz em um mapa para o planejamento da qualidade. A partir do material produzido, e da análise da Matriz da Qualidade, permitiu-se extrair um entendimento das áreas críticas da prestação de serviço, das prioridades demandadas segundo a visão do cliente e, principalmente, uma trilha para o desenvolvimento de ações mais assertivas do ponto de vista estratégico. Além deste, destacou-se da quantidade de itens demandados identificados na pesquisa, um total de 40, e a crescente importância dada pelos consumidores aos fatores ligados à qualidade da prestação de serviços, em detrimento de outros grupos, tais como preço e tempo, itens antes mais valorizados. Ao final, como produto desta investigação, foi desenvolvido um conjunto de 5 ações estratégicas, com foco na melhoria da qualidade através do atendimento às demandas priorizadas do consumidor. Tais sugestões de melhoria englobaram aspectos como: capacitação profissional da equipe; implementação de um sistema de controle de qualidade dos serviços; gestão de estoques, entre outros. Todos pautados na obtenção do maior impacto positivo para o cliente, menor impacto estrutural, financeiro e de tempo para a organização, porém, com alto valor estratégico agregado, obtendo-se, então, o efetivo resultado do método QFD através da incorporação dos desejos do consumidor em especificações para os serviços.

Palavras chave: Qualidade. Serviços. QFD.

*Orientados

** Orientador

DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEL: Estudo de caso na empresa Dislub.

Raôni Medeiros da Costa*
Rômulo Oliveira**

Este trabalho tem como objetivo identificar as possíveis falhas que possam ocorrer durante a logística de distribuição de combustíveis líquidos apontando as principais oportunidades de melhorias que podem ser viabilizadas através do estudo feito, desde o começo do processo que vem via cabotagem ou rodoviária passando pelas bases de distribuição até os consumidores finais. A prática atual da distribuição é descrita sucintamente durante todo o texto. Em seguida é apresentada uma breve revisão bibliográfica enfocando os conceitos teóricos relevantes para este trabalho. Na sequência, é relatada a metodologia e a análise de dados realizado para identificar os possíveis itens que poderiam causar possíveis falhas durante o processo de distribuição de combustível. Sendo dessa forma identificados os itens procurados. Esse trabalho pretende fornecer uma base muito bem elaborada e pesquisada para que num futuro próximo possa servir e ser de grande utilidade das bases distribuidoras, podendo atuar tanto na área de segurança como na parte teórica, assim podendo ajudar a diminuir os riscos e falhas que poderão ocorrer durante o processo. A partir de um estudo de caso e entrevistas presenciais realizadas com o gestor podemos dizer que o resultado obtido foi bastante favorável e indicam ser viáveis na tentativa de melhorias no processo de distribuição.

Palavras-Chave: Distribuição de Combustível, Logística, Processo de Distribuição.

*Orientados

** Orientador

O SISTEMA DE ENVIDRAÇAMENTO REIKE: ANALISANDO OS DIFERENCIAIS COMPETITIVOS DA GLASSBOX PARA O MERCADO PARAIBANO

Tâmisa Medeiros*
Luciane Albuquerque Sá de Souza **

O comércio de vidros no Brasil tem experimentado um crescente desenvolvimento tecnológico e mercadológico. A competitividade do setor exige das empresas a atualização dos processos gerenciais e o acompanhamento dos avanços tecnológicos. Nessa vertente, a gestão estratégica, através do planejamento das ações organizacionais, atua como instrumento indispensável para a solidificação das empresas no mercado contemporâneo. Contudo, nem sempre essa premissa é considerada com devida atenção pelas organizações. Diante dessa problemática, este estudo pretendeu responder à seguinte questão: quais as vantagens e os diferenciais competitivos que os produtos Reiki oferecem para a empresa Glassbox no mercado da Paraíba? O estudo se justifica uma vez que a empresa foco do presente trabalho não é diferente do contexto apresentado, pois também possui uma política de gestão estratégica que demanda revisão e aprimoramento para garantir a qualidade dos seus produtos e serviços. O objetivo geral deste trabalho é, portanto, avaliar as vantagens e os diferenciais competitivos que os produtos Reiki oferecem para a empresa Glassbox no mercado da Paraíba. Para tanto, adotou-se metodologia do tipo exploratória, através de pesquisas bibliográficas e com um adendo de estudo de caso na empresa de vidros Glassbox, localizada na cidade de João Pessoa. O crescimento da Glassbox foi fruto de uma parceria firmada em 2004, quando a empresa começou a representar o Sistema *Screen Glass*[®] da Reiki Envidraçamento com Tecnologia, para os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Com base na análise das vantagens e diferenciais identificados na Glassbox, bem como a partir da análise das ameaças e oportunidades do mercado concorrente, foi possível construir uma matriz SWOT da empresa. A análise e discussão dos resultados ainda encontram-se em fase de desenvolvimento. Espera-se que as análises apontem para um melhor entendimento por parte da empresa Glassbox em relação ao seu atual posicionamento competitivo no mercado paraibano, assim como apresente sinais para garantir seu desenvolvimento organizacional.

Palavras-chave: Gestão estratégica; Diferencial competitivo; Vidros.

*Aluna do Curso de Administração - IESP

**Orientadora

Apresentação Oral / Apresentação em painel

UMA ANÁLISE SOBRE O USO DOS SISTEMAS DE FRANQUIAS COMO FORMA DE EXPANSÃO DE MERCADO E NEGÓCIOS: Estudo de caso Empadinhas Barnabé.

EX-ALUNA/ADMINISTRADORA: LIDIANE S. MOREIRA
PROF^a. MESTRE ORIENTADORA: LUCIANA RABAY

Este trabalho tem como objetivo, analisar o sistema de franquias que está em expansão bem como observar as contribuições desse processo para o desenvolvimento da empresa Empadinhas Barnabé, pois com essa análise veremos o passo-a-passo necessário para ingressar nesse novo mercado promissor aonde vem trazendo parceiros de micro, pequeno e médio porte para dentro do ramo. As pesquisas realizadas com os franqueados e franqueadores nos mostram as vantagens e desvantagens de quem já está incorporado na rede e absorvendo conhecimentos e objetivos comuns para o sucesso. Para isso, será evidenciado desde o surgimento da palavra *franchising* até as Leis e o projeto de grande sucesso que é a marca Empadinhas Barnabé. A metodologia adotada nesta pesquisa apresenta uma abordagem descritiva e bibliográfica dos termos aqui utilizados, com o apoio dos resultados obtidos através dos questionários realizados com os franqueados e da expertise dos franqueadores no segmento comercial/empreendedor mesmo diante de muitos processos e do mercado competitivo informal, e acima de tudo destacar a grande importância de buscar o conhecimento suficiente para essa tomada de decisão.

Palavras Chave: Administração de Empresas. Estratégia. Franquias.

*Orientados

** Orientador

CONSELHO TUTELAR E PSICOLOGIA JURÍDICA:

José Alves de Souza*
Marlene Pereira Borba Cahu**

O presente trabalho propõe o tema acerca do Conselho Tutelar e sua relação com a Psicologia Jurídica no que concerne aos problemas psicológicos enfrentados por crianças e adolescentes, bem como a solução destes ante a inexistência de políticas públicas voltadas ao tratamento psicológico fornecido nos conselhos. O supracitado órgão público possui como finalidade precípua zelar pelo direito dos menores através do atendimento às mais diversas situações, todavia a deficiência do sistema como a falta de capacitação dos conselheiros e a ausência de psicólogos inviabilizam o tratamento e, via de consequência, a recuperação de crianças e adolescentes. Analisar a realidade dos Conselhos Tutelares no que tange a assistência psicossocial dada às crianças e adolescentes. O trabalho foi elaborado a partir de pesquisa documental, visto que se baseia na bibliografia de livros, bem como na pesquisa de campo mediante entrevista e coleta de dados estatísticos. O Conselho Tutelar é considerado órgão público municipal permanente, autônomo e não jurisdicional, competindo ao mesmo as mais diversas finalidades como requisição de tratamento psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar e ambulatorial, além de auxílio e orientação através de programa oficial ou comunitário. Ocorre que, há o desconhecimento por parte dos conselheiros no que toca aos problemas psicológicos enfrentados pelas crianças e adolescentes, bem como sua solução e, como proceder ao encaminhamento, uma vez que se constatou a falta de assistência psicossocial. Em relação a situação dos conselhos, verificou-se, ainda, a ausência de verbas, abrigos e a falta de capacitação dos conselheiros, o que, via de consequência, inviabiliza o funcionamento dos conselhos em pequenas cidades, restando ínfima a aplicação e fiscalização do ECA. O acompanhamento psicológico, em casos mais complicados, é difícil dar toda assistência necessária eis que um psicólogo atende a dez conselheiros. Destarte, faltam assistentes sociais para procederem às visitas. Em suma, podemos concluir que faltam políticas públicas voltadas ao tratamento psicológico fornecido nos conselhos diante da ausência de mão-de-obra no tratamento psicossocial, dificultando, assim, a recuperação de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Conselho Tutelar. Problemas psicológicos. Falta de assistência psicossocial.

* Aluno(a) do curso de Direito

** Orientador(a)

Apresentação Oral

ACIDENTES DE TRABALHO

Marcelo Canuto*
Marlene Pereira Borba Cahu**

O trabalho em pauta aborda o dano psíquico que o lesionado adquire através de acidente em ambiente de trabalho. O tema é relevante dado a indevida preocupação com a segurança operacional. O que torna importante a sua difusão consoante as empresas e seus funcionários, objetivando que estes possam ter um maior bem-estar físico e mental. Apresentar as consequências traumáticas e as sequelas associadas ao acidente de trabalho, principalmente, aquelas que bloqueiam ou dificultam a retomada do indivíduo ao exercício profissional anteriormente desempenhado. Pesquisa bibliográfica e documental, com base em artigos, livros e jurisprudências que tecem à respeito do tema. Atualmente um grande número de pessoas está se aglomerando nos grandes centros urbanos, em busca de melhores condições de vida e subsistência de sua família, de forma frequente chegam carregados de desejos, com ideais a serem perseguidos e encorajados pela abundância de emprego. Com isso, há um aumento populacional, tornando abundante a mão-de-obra, com uma imensa rede de operários fabris. Ao chegar, o trabalhador depara-se com aglomerados de pessoas sem instrução, com pouco conhecimento, e que são contratados para trabalhar sem conhecimento de seus direitos trabalhistas e enfrentando ambientes insalubres, com situações de risco e insalubridade, riscos de intoxicação. Sendo assim, o acidente de trabalho espalha-se como uma epidemia, devido ao ritmo de labor acelerado e sem a devida preocupação com a segurança operacional. Diante do exposto, qual o papel da Empresa nesse caso? Quais seus deveres com o acidentado e como fica a condição psicológica desses trabalhadores após o acidente?. Como visto, o acidente de trabalho tem se ampliado cada vez mais com o passar do tempo. Portanto, surge a necessidade de proteção a saúde do trabalhador, de modo a assegurar o seu bem-estar psicológico e físico, como forma de evitar que este, uma vez vítima de acidente de trabalho, seja devolvido ao seio familiar sem condições de sustentar a si mesmo e incapaz de trazer subsistência a própria família.

Palavras-chave: Acidentes de trabalho, Condições Insalubres, Condições Psicológicas.

* Aluno(a) do curso de Direito

** Orientador(a)

Apresentação Oral

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Márcio Correia de Lima*
Camila Yamaoka Mariz Maia **

Embora seja um fenômeno que existe desde a Antiguidade, apenas nas duas últimas décadas a prevalência da violência doméstica contra crianças e adolescentes tem sido documentada. Em relatório publicado pela UNICEF em 2008 sobre o estado mundial da infância, observou-se a ausência de dados referentes à violência doméstica no Brasil, o que mostra a necessidade de mais estudos nessa área em nosso país. Por ser um problema social, jurídico e de saúde pública e que pode trazer graves consequências ao desenvolvimento orgânico e psicossocial do menor, é de fundamental importância que se conheça a realidade local e a forma como esses casos estão sendo conduzidos. O presente estudo teve como objetivo identificar o perfil da violência doméstica contra crianças e adolescentes no Município de João Pessoa - PB e verificar quais os procedimentos jurídicos adotados. Foi realizado um estudo retrospectivo através da análise dos registros de denúncias de violência doméstica contra crianças e adolescentes na Delegacia de Infância e Juventude no Município de João Pessoa-PB no ano de 2007. A amostra foi composta por 24 crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, tendo sido coletadas informações referentes ao sexo e idade da vítima, tipo de violência praticada (física, sexual, psicológica e/ou negligência), forma de denúncia, tipo de vínculo entre vítima e agressor, família da vítima e procedimentos jurídicos adotados. Das 24 vítimas, 20 eram crianças e 04 eram adolescentes, sendo a maioria (58,3%) do sexo feminino e tendo a faixa de idade variado entre 04 meses e 16 anos. Quanto aos tipos de violência doméstica, foram registrados 07 casos de violência sexual, 10 de violência física, 06 de negligência e 01 caso de violência sexual associada à negligência. As denúncias foram realizadas na maioria dos casos (37,5%) pela mãe, sendo o pai o agressor mais freqüente (40%), principalmente nos casos de violência sexual. Em 80% dos casos, as vítimas eram filhas de pais separados e a conduta criminosa havia sido cometida durante a visita de final de semana. Malgrado os estudos afirmem que a renda e a escolaridade não constituem fatores determinantes da violência doméstica, constatou-se um número significativamente maior de casos envolvendo indivíduos de baixa renda e pouca escolaridade. No tocante aos procedimentos jurídicos adotados, verificou-se que com exceção de três denúncias, nas quais os agressores foram presos, em todas as outras os mesmos ficaram aguardando o julgamento em liberdade. Conclui-se que há necessidade de maior integração, no sentido de compartilhamento de informações, entre os Conselhos Tutelares, a Delegacia da Infância e Juventude e a Vara da Infância e Juventude. Apesar de o país dispor da Lei nº 8.069/90, considerada avançada por muitos estudiosos, carece de uma legislação específica para violência doméstica contra crianças e adolescentes, já existente em outros países da América Latina, como o Uruguai.

Palavras-chave: Violência doméstica; Crianças e adolescentes; João Pessoa.

* Aluno(a) do curso de Direito

** Orientador(a)

Apresentação Oral

A EFICÁCIA DA LEI

Francisco Martins de Almeida*
Antônio Marcus Alves de Souza **

O presente trabalho tem por objetivo examinar a classificação e eficácia da lei no ordenamento jurídico brasileiro. Para desenvolvimento do trabalho, utilizamos pesquisa bibliográfica. Fontes do direito são os meios pelos quais se formam as regras jurídicas; as fontes diretas são a lei e o costume; as fontes indiretas são a doutrina e a jurisprudência. A Norma jurídica é um imperativo autorizante; a imperatividade revela seu gênero próximo, incluindo-a no grupo das normas éticas, que regem a conduta humana, diferenciando-a das leis físico-naturais, e o autoramento indica sua diferença, distinguindo-a das demais normas. Classificação das normas jurídicas se dá quanto à imperatividade, podem ser: a) de imperatividade absoluta ou impositivas, que são as que ordenam ou proíbem alguma coisa (obrigação de fazer ou não fazer) de modo absoluto; b) de imperatividade relativa ou dispositiva, que não ordenam, nem proíbem de modo absoluto; permitem ação ou abstenção ou suprem a declaração de vontade não existente. Quanto ao autoramento, podem ser: a) mais que perfeitas, que são as que por sua violação autorizam a aplicação de 2 sanções: a nulidade do ato praticado ou o restabelecimento da situação anterior e ainda a aplicação de uma pena ao violador; b) perfeitas, que são aquelas cuja violação as leva a autorizar a declaração da nulidade do ato ou a possibilidade de anulação do ato praticado contra sua disposição e não a aplicação de pena ao violador; c) menos que perfeitas, que são as que autorizam, no caso de serem violadas, a aplicação de pena ao violador, mas não a nulidade ou anulação do ato que as violou; d) imperfeitas, que são aquelas cuja violação não acarreta qualquer consequência jurídica. Quanto à sua hierarquia, as normas classificam-se em: normas constitucionais; leis complementares; leis ordinárias; leis delegadas; medidas provisórias; decretos legislativos; resoluções; decretos regulamentares; normas internas; normas individuais. Classificação das leis *latu senso* podem ser Cogentes: De ordem pública ou de imperatividade absoluta. Regulam matéria de ordem pública e de bons costumes. Não podem ser derogadas pela vontade do interessado. Mandamentais: Ordenam ou determinam uma ação. Proibitivas: Impõem uma abstenção. Não cogentes: São leis dispositivas ou de imperatividade relativa. Não determinam nem proíbem de modo absoluto, mas permitem uma ação ou abstenção ou suprem declaração de vontade não manifestada. Permissivas: Permitem que os interessados disponham como lhes convier. Supletivas: Aplicam-se à falta de manifestação de vontade das partes.

Palavras Chave: Classificação da Lei. Eficácia da Lei. Imperatividade da lei.

*Aluno do curso de direito do IESP

**Professor Orientador

Apresentação Oral

A VIGÊNCIA DAS NORMAS JURÍDICAS

Fernanda Andreza Santos de Freitas*
Antônio Marcus Alves de Souza **

O presente trabalho tem por objetivo analisar e discutir a vigência das normas jurídicas no tempo; O método utilizado foi o indutivo, com técnicas da pesquisa bibliográfica e do fichamento. A Vigência da lei no tempo, isto é, a obrigatoriedade, só surge com a publicação no Diário Oficial; sua força obrigatória está condicionada à sua vigência, ou seja, ao dia em que começar a vigorar; as próprias leis costumam indicar a data que entrarão em vigor; se nada dispuser a respeito, entrará em vigor no território nacional, 45 dias após a publicação; fora do país, 3 meses (art. 1º LICC); o espaço de tempo compreendido entre a publicação da lei e sua entrada em vigor denomina-se *vacatio legis*. A norma pode ter vigência temporária, porque o elaborador fixou o tempo de sua duração ou pode ter vigência para o futuro sem prazo determinado, durando até que seja modificada ou revogada por outra (LICC, art. 2º). Revogar é tornar sem efeito uma norma; a revogação é o gênero, que contém duas espécies, a *ab-rogação* (é a supressão total da norma anterior) e a *derrogação* (torna sem efeito uma parte da norma); pode ser, ainda, expressa (quando o elaborador da norma declarar a lei velha extinta em todos os seus dispositivos ou apontar os artigos que pretende retirar) ou tácita (quando houver incompatibilidade entre a lei nova e a antiga, pelo fato de que a nova passa a regular inteiramente a matéria tratada pela anterior). Quando a lei nova vem modificar ou regular, de forma diferente, a matéria versada pela norma anterior, podem surgir conflitos; para solucioná-los, dois são os critérios utilizados: a) o *das disposições transitórias*, que são elaboradas pelo legislador; têm vigência temporária, com o objetivo de resolver e evitar os conflitos ou lesões que emergem da nova lei em confronto com a antiga; b) o *dos princípios da retroatividade e da irretroatividade* das normas, construções doutrinárias para solucionar conflitos na ausência de norma transitória; é retroativa a norma que atinge os efeitos de atos jurídicos praticados sob o império da norma revogada; é irretroativa a que não se aplica a qualquer situação jurídica constituída anteriormente.

Palavras Chave: Vigência. Revogação. Conflitos da Lei no Tempo.

*Aluna do curso de direito do IESP

**Professor Orientador

Apresentação Oral

CÓDIGO CIVIL DE 2002: UMA VISÃO GERAL DE SUA FORMAÇÃO

Roberto Lacerda Soares*
Antônio Marcus Alves de Souza **

O presente trabalho objetiva apresentar uma visão geral do Código Civil Brasileiro através de um levantamento de dados bibliográficos. Código é um conjunto sistematizado de disposições legais relativas a um assunto ou a um ramo do Direito. O que identifica o Código não é o seu tamanho e, sim, a sua organicidade. Entre um Código e uma Consolidação há uma diferença qualitativa. No primeiro, há preocupação lógica e orgânica com a criação de uma nova estrutura jurídica; na segunda, há, apenas, a reunião das normas já existentes. Muitas vezes, a Consolidação constitui uma primeira etapa para a realização de um Código. No período colonial, vigoravam, no Brasil, as Ordenações Filipinas a partir de 1603, tendo sido precedidas pelas Manoelinas de 1521 e pelas Afonsinas de 1446. Com a Independência, ocorrida em 1822, a legislação portuguesa continuou sendo aplicada entre nós, mas com a ressalva de que vigoraria até que se elaborasse o Código Civil. A Constituição de 1824 determinou que se organizassem um Código Civil e um Código Criminal, sendo que, em 1865, essa tarefa foi confiada a Teixeira de Freitas, que já havia apresentado, em 1858, um trabalho de consolidação das leis civis. O projeto então elaborado – denominado “Esboço” – continha cinco mil artigos e acabou não sendo acolhido. Influenciou, no entanto, o Código Civil argentino, do qual constitui a base. O Código Civil Brasileiro de 1916 continha 1.807 artigos. Os Códigos francês e alemão exerceram influência em sua elaboração, tendo sido adotadas várias de suas concepções. Algumas tentativas de modificá-lo foram realizadas ao longo do tempo. O Código Civil de 2002, sem dúvida o mais importante documento das relações jurídicas entre particulares, trouxe sensíveis modificações. A principal inovação está na parte do Direito de Família, relacionadas à igualdade entre os cônjuges e à união estável. Reflete, pois, as mudanças nas relações sociais, principalmente familiares, dos últimos 80 anos. O livro de Direito de Empresa trata das relações comerciais, conceituando empresário e sociedade, que eram reguladas no Código Comercial. O Código não quis tratar de temas atuais e polêmicos, frutos da evolução tecnológica do homem, tais como: a fertilização in vitro e o congelamento de embriões. Não obstante, a fuga intencional desses temas polêmicos, continua fornecendo contornos jurídicos a essas discussões, ao indicar, expressamente, que os direitos da pessoa existem “desde a concepção”, permitindo que a lei dê proteção aos direitos do nascituro.

Palavras Chave: Codificação. Ordenações. Código Civil.

*Aluno do curso de direito do IESP

** Orientador

Apresentação Oral

O DIREITO À IDENTIDADE

Isabelle Alencar Freire*
Antônio Marcus Alves de Souza **

A presente pesquisa tem como objetivo discutir a temática da individualização da pessoa. Os direitos da personalidade, por conseguinte constituem a proteção mínima básica inderrogável da personalidade jurídica que reconhecida às pessoas. Os direitos da personalidade foram criados para tutela da própria pessoa. O método de procedimento adotado é técnico e bibliográfico, pesquisas em livros, artigos, revistas e legislação, com o intuito de embasamento do tema proposto. A identificação da pessoa se dá pelo nome, que individualiza a pessoa; pelo estado, que define sua posição na sociedade política e na família, como indivíduo; pelo domicílio, que é o lugar de sua atividade social. O Nome: é o sinal exterior pelo qual se designa, se individualiza e se reconhece a pessoa no seio da família e da sociedade; é inalienável, imprescritível; em regra são dois os elementos constitutivos do nome: o prenome, próprio da pessoa, e o nome de família ou sobrenome, comum a todos os que pertencem a certa família. A regra é a da definitividade do nome. São definitivas a escolha do prenome e a composição do sobrenome pelos pais. Contempla, entretanto, a lei algumas exceções, em que admite a substituição do prenome ou o acréscimo de elementos ao sobrenome. O Estado da pessoa: é o seu modo particular de existir, que pode ser encarado sob o aspecto individual ou físico (é a maneira de ser da pessoa quanto à idade, sexo, saúde mental e física), familiar (indica sua situação na família em relação ao matrimônio, no que concerne ao parentesco consanguíneo e quanto à afinidade). O Domicílio: é a sede jurídica da pessoa, onde ela se presume presente para efeitos de direito e onde exerce ou pratica, habitualmente, seus atos e negócios jurídicos; pode ser necessário ou legal, quando for determinado por lei, em razão da condição ou situação de certas pessoas (recém-nascido, incapaz), e voluntário, quando escolhido livremente, podendo ser geral, se fixado pela própria vontade, e especial, se estabelecido conforme os interesses das partes em um contrato a fim de fixar a sede jurídica onde as obrigações contratuais deverão ser cumpridas ou exigidas; perde-se o domicílio pela mudança, por determinação de lei ou por contrato.

Palavras Chave: Individualização da Pessoa. Nome. Estado da Pessoa.

*Aluna do curso de direito do IESP

**Professor Orientador

Apresentação Oral

OS SISTEMAS JURÍDICOS

Maria Sueli*
Antônio Marcus Alves de Souza **

O presente trabalho versa sobre os sistemas jurídicos que têm grande importância na globalização econômica, política e social traduzida na integração entre blocos de estados. Toda sociedade política possui seu próprio ordenamento jurídico com normas ditadas para ter vigência sobre essa sociedade. Há países com mais de um ordenamento jurídico que nem sempre obedecem aos mesmos princípios, como é o caso dos cantões da Suíça e dos Estados Unidos (EUA), onde existe um direito local ao lado de um direito federal. Sistema jurídico pode ser conceituado como um agrupamento de ordenamentos unidos por um conjunto de elementos comuns, tanto pelo regulamento da vida em sociedade, como pela existência de instituições jurídicas e administrativas semelhantes. *Common Law*, é o direito da Inglaterra e dos países que seguiram o seu modelo. Foi elaborado com base no direito costumeiro e hoje é baseado em decisões judiciais. A norma só tem valor nesse sistema à medida que o juiz a emprega. Os direitos socialistas constituíam-se em um terceiro sistema, posto ao lado do sistema romano-germânico e do *Common Law*. Sistemas filosóficos ou religiosos, nessa família merecem destaque os sistemas do Direito Muçulmano e Hindu. Romano-Germânico: é a esse sistema que pertence o direito brasileiro bem como se filiam todos os direitos que tomaram por base o Direito Romano. Estende-se da América Latina a uma grande parte da África e a países do Extremo Oriente como o Japão. Tal expansão deve-se à recepção ocorrida com a colonização, mas as codificações modernas contribuíram para dar certa unidade a esse sistema. A facilidade de circulação de pessoas e capitais torna necessário conhecer não apenas a legislação de um país, mas ser capaz de harmonizá-la dentro do contexto mundial.

Palavras Chave: Sistemas Jurídicos. *Common Law*. Romano-Germânico.

*Aluna do curso de direito do IESP

**Orientador

Apresentação Oral